



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA EM GEOGRAFIA – UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ELIONÁGELA CÁSSIA SANTOS SOUZA

**DESTERRITORIALIZAÇÃO/RETERRITORIALIZAÇÃO DE COMUNIDADES
RURAS ATINGIDAS PELAS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO
SÃO FRANCISCO: O CASO DA VILA PRODUTIVA RURAL CACARÉ, SÃO JOSÉ
DE PIRANHAS-PB**

CAJAZEIRAS – PB

2024

ELIONÁGELA CÁSSIA SANTOS SOUZA

**DESTERRITORIALIZAÇÃO/RETERRITORIALIZAÇÃO DE COMUNIDADES
RURAS ATINGIDAS PELAS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO
SÃO FRANCISCO: O CASO DA VILA PRODUTIVA RURAL CACARÉ, SÃO JOSÉ
DE PIRANHAS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia, da Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras – PB, como requisito à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira.

CAJAZEIRAS – PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

S729d Souza, Elionágela Cássia Santos .
Desterritorialização/reterritorialização de comunidades rurais atingidas pelas obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco: o caso da Vila Produtiva Rural Cacaré, São José de Piranhas - PB / Elionágela Cássia Santos Souza. – Cajazeiras, 2024.
82f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2024.

1. Projeto de Integração do Rio São Francisco. 2. Vilas Produtivas Rurais. 3. Agricultura Familiar. 4. Desterritorialização. 5. Reterritorialização. 6. Semiárido brasileiro. 7. Políticas públicas – Recursos hídricos. 8. Território camponês. I. Oliveira, Mara Edilara Batista de. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 556.51

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

ELIONÁGELA CÁSSIA SANTOS SOUZA

**DESTERRITORIALIZAÇÃO/RETERRITORIALIZAÇÃO DE COMUNIDADES
RURAS ATINGIDAS PELAS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO
SÃO FRANCISCO: O CASO DA VILA PRODUTIVA RURAL CACARÉ, SÃO JOSÉ
DE PIRANHAS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia, da Unidade Acadêmica de Geografia (UNAGEO), do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras – PB, como requisito à obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira.

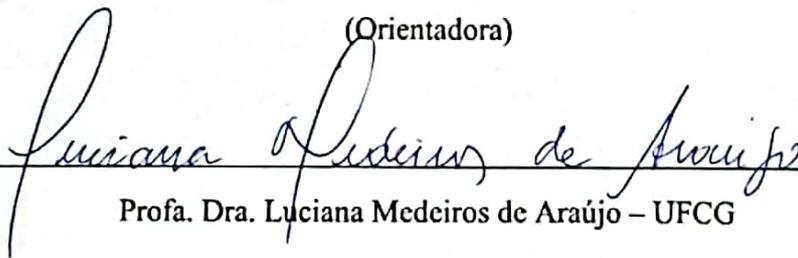
Aprovado em: 12 / 07 / 2024

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mara Edilara Batista de Oliveira – UFCG

(Orientadora)



Profa. Dra. Luciana Medeiros de Araújo – UFCG

(Examinadora)



Prof. Dr. Aldo Gonçalves de Oliveira – UFCG

(Examinador)

Dedico este trabalho a minha mãe, Elioangela Maria dos Santos Souza, a meu pai, José Raimundo Alecrim de Souza e ao meu esposo, Marcel Fernando Abreu Morais, sem vocês nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, cuja infinita sabedoria e graça me guiaram durante toda a jornada acadêmica. Foi através de sua força e inspiração que pude superar desafios, encontrar perseverança nos momentos difíceis e alcançar o sucesso neste trabalho. Sua presença constante me proporcionou paz e confiança, permitindo-me trilhar este caminho com determinação e esperança. A Ele dedico toda a honra e glória, por ser a luz que ilumina meu caminho e o alicerce de todas as minhas realizações.

Agradeço à minha família por todo amor, carinho, dedicação e apoio para comigo, não só durante a realização desta etapa, mas durante toda a minha vida: a minha mãe, Elionara Angela, que apesar de todos os desafios não mediu esforços para que eu realizasse meu sonho; ao meu pai José Raimundo, por toda força e determinação; as minhas irmãs, Elionara Clara e Elen Naiara, pela paciência e companheirismo. Aos demais familiares gostaria de deixar meus sentimentos de gratidão e afeto.

Agradeço de maneira especial ao meu querido e estimado esposo, Marcel Fernando, por estar comigo em todos os momentos, me ajudar e apoiar nas minhas escolhas. Sou imensamente grata por ter ao meu lado alguém tão dedicado e comprometido com meu sucesso.

Agradeço a minha melhor amiga, Bruna Tavares, que apesar da distância e do pouco contato, continua presente em minha vida. Gostaria de agradecer as minhas amigas Juliana, Victoria, Gilmaria, Maria Emília, Flávia, Tamara e Renata, por terem estado comigo durante todo este percurso. Quero agradecer a minha estimada amiga, Maria Gilmaria, por compartilhado comigo os bons e maus momentos, ter me ajudado e acolhido quando precisei, inclusive durante a construção deste trabalho. Também gostaria de agradecer aos demais colegas do curso de Geografia do CFP, em especial a turma 2019.2, pelas conversas e risadas.

Deixo aqui os meus agradecimentos a todos os professores vinculados ao curso de Geografia, todos foram de grande contribuição para minha formação acadêmica e profissional. Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha orientadora, Mara Edilara, por sua orientação e suporte ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos moradores da VPR Cacaré, que generosamente dedicaram seu tempo e compartilharam suas experiências e conhecimentos. Suas histórias, perspectivas e contribuições foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço pela receptividade, colaboração e confiança depositada em mim. Por fim, gostaria de agradecer a todos que direta ou indiretamente me ajudaram durante este processo.

*“Eu sei que a chuva é pouca e que o chão é quente,
mas tem mão boba enganando a gente, secando o
verde da irrigação”.*

(Flávio Leandro)

RESUMO

O espaço rural brasileiro tem registrado nas últimas décadas, especialmente a partir de 1980, a reestruturação do setor produtivo, o que desencadeou uma nova organização econômica, política e social do espaço agrícola. Essa reorganização do campo, foi marcada pela implementação de novas tecnologias a partir da inserção do capital estrangeiro. Neste contexto, intensificou-se o cenário de lutas e conflitos existentes entre a burguesia latifundiária, preocupada em aumentar a produção para atender as demandas do agronegócio, e os pequenos produtores rurais, com vistas a produção de subsistência. Como resultado, houve o agravamento da concentração fundiária e a permanência de situações de trabalho precárias, principalmente para os agricultores que viviam nas terras de terceiros, sob a condição de meeiro ou arrendatário. Apesar dos inúmeros desafios enfrentados ao longo do tempo, muitos camponeses não abriram mão do seu território de vida e trabalho, como é o caso das comunidades rurais de São José de Piranhas – PB. Para estas comunidades, a agricultura familiar configura-se como uma forma de externalizar suas territorialidades. Todavia, o desenvolvimento da agricultura é, na região Nordeste, dificultado pelas condições naturais. Desta maneira, pautado no discurso desenvolvimentista de promover melhores condições de vida para a população através do acesso a água, surgiu o Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF), projeto capaz de solucionar o problema da seca enraizado do semiárido brasileiro. Assim como qualquer obra de infraestrutura hídrica, o PISF deixou diferentes marcas, redefinindo territórios e provocando novas dinâmicas socioespaciais. Em termos territoriais, o município de São José de Piranhas – PB, localizado no eixo norte, teve o maior percentual de desapropriação de todo o percurso de obras do projeto. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os impactos causados pelo processo de desterritorialização e reterritorialização de comunidades rurais atingidas pelas obras do PISF, em especial as famílias que vivem atualmente na Vila Produtiva Rural Cacaré, São José de Piranhas – PB. Para tanto, foi adotado a Metodologia de caráter quali-quantitativa, por meio da pesquisa amostral direcionada aos moradores da VPR e aplicado sob a forma de uma entrevista semiestruturada. As informações coletadas em dados secundários e primários foram essenciais para a construção e fortalecimento do embasamento teórico. Os resultados mostraram que os processos de desterritorialização e reterritorialização foram para os moradores da VPR Cacaré extremamente desafiador. Além das dificuldades inerentes a saída do seu território de origem, as famílias tiveram ainda que enfrentar a falta de água. Foi verificado ainda algumas controvérsias que caminham em desencontro aos objetivos traçados para o projeto. Tais contrapontos sustentam a hipótese de que o PISF não se trata de uma política isolada e avessa aos interesses do agronegócio, mas sim caminha em direção ao capital, deixando de lado as relações não capitalistas, especialmente as que dizem respeito às formas de vida da população do campo.

Palavras-chave: Projeto de Integração do rio São Francisco. Vilas Produtivas Rurais. Agricultura Familiar. Desterritorialização. Reterritorialização.

ABSTRACT

In recent decades, especially since 1980, the Brazilian rural space has registered the restructuring of the productive sector, which has triggered a new economic, political and social organization of the agricultural space. This reorganization of the field was marked by the implementation of new technologies based on the insertion of foreign capital. In this context, the scenario of struggles and conflicts between the landowning bourgeoisie, concerned with increasing production to meet the demands of agribusiness, and small rural producers, with a view to subsistence production, intensified. As a result, there was a worsening of land concentration and the permanence of precarious work situations, especially for farmers who lived on the lands of third parties, under the condition of sharecropper or tenant. Despite the numerous challenges faced over time, many peasants have not given up their territory of life and work, as is the case of the rural communities of São José de Piranhas – PB. For these communities, family farming is configured as a way of externalizing their territorialities. However, the development of agriculture in the Northeast region is hampered by natural conditions. In this way, based on the developmentalist discourse of promoting better living conditions for the population through access to water, the São Francisco River Integration Project (PISF) emerged, a project capable of solving the problem of drought rooted in the Brazilian semi-arid region. As with any water infrastructure project, the PISF left different marks, redefining territories and provoking new socio-spatial dynamics. In territorial terms, the municipality of São José de Piranhas – PB, located on the northern axis, had the highest percentage of expropriation of the entire course of the project's works. In view of this, this research has as its general objective to analyze the impacts caused by the process of deterritorialization and reterritorialization of rural communities affected by the PISF works, especially the families currently living in the Caçaré Rural Productive Village, São José de Piranhas – PB. To this end, the qualitative-quantitative methodology was adopted, through a sample survey directed to the residents of the VPR and applied in the form of a semi-structured interview. The information collected in secondary and primary data was essential for the construction and strengthening of the theoretical foundation. The results showed that the processes of deterritorialization and reterritorialization were extremely challenging for the residents of the VPR Caçaré. In addition to the difficulties inherent in leaving their territory of origin, the families also had to face the lack of water. It was also verified some controversies that are not in line with the objectives set for the project. Such counterpoints support the hypothesis that the PISF is not an isolated policy that is averse to the interests of agribusiness, but rather moves towards capital, leaving aside non-capitalist relations, especially those related to the ways of life of the rural population.

Keywords: São Francisco River Integration Project. Rural Productive Villages. Family Farming. Deterritorialization. Reterritorialization.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Situação Fundiária dos agricultores do município de São José de Piranhas - PB antes do PISF.....	45
Gráfico 2: Principal fonte de renda das famílias camponesas de São José de Piranhas – PB antes de serem atingidas pelo PISF	47
Gráfico 3: Principais grãos cultivados pelos agricultores do município de São José de Piranhas - PB	47
Gráfico 4: Situação de moradia das famílias durante o período de espera das casas na VPR Cacaré, São José de Piranhas - PB	52
Gráfico 5: Situação das famílias atingidas pelo PISF no município de São José de Piranhas - PB em relação à verba de manutenção temporária.....	52
Gráfico 6: Situação das famílias em relação à verba de manutenção temporária	52
Gráfico 7: Renda média das famílias.....	60
Gráfico 8: Renda média das famílias reassentadas na VPR Cacaré, São José de Piranhas – PB	62
Gráfico 9: idade dos trabalhadores rurais da VPR Cacaré, São José de Piranhas - PB.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lugares de origem das famílias atingidas pelo PISF.....	40
Quadro 2: Distância entre as terras agricultáveis e a VPR Cacaré, São José de Piranhas – PB	63

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Delimitação do semiárido brasileiro	22
Mapa 2: Eixos do Projeto de Integração do rio São Francisco.....	27
Mapa 3: Delimitação da Bacia do São Francisco	28
Mapa 4: Regiões fisiográficas do São Francisco.....	29
Mapa 5: Localização de São José de Piranhas – PB	32
Mapa 6: Local de origem das famílias atingidas pelo PISF	40
Mapa 7: Localização das VPR's no município de São José de Piranhas-PB.....	56

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Croqui da VPR Cacaré, São José de Piranhas – PB.....	57
Imagem 2: Planta baixa das casas da VPR Cacaré.....	58

LISTA DE FOTOS

Foto 1: VPR Cacaré - Setor II.....	58
Foto 2: VPR Cacaré - Setor I.....	58
Foto 3: Casa original do PBA - 08.....	59
Foto 4: Casa da VPR Cacaré pós reforma	59
Foto 5: Barragem de Boa Vista, São José de Piranhas - PB.....	60
Foto 6: Plantio de feijão no quintal de um dos moradores da VPR Cacaré.....	64
Foto 7: Lavoura de um dos moradores da VPR Cacaré.....	64

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ANA	Agência Nacional de guas
ASA	Articulação no Semiárido Brasileiro
CBHSF	Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras contra as Secas
IOCS	Instituto de Obras Contra as Secas
MIDR	Ministério de Desenvolvimento Regional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
P1MC	Programa 1 Milhão de Cisternas
PAD	Programa gua Doce
PISF	Projeto de Integração do rio São Francisco
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
TCU	Tribunal de Contas da União
VMT	Verba de Manutenção Temporária
VPR	Vila Produtiva Rural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. O ESPAÇO RURAL DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO.....	19
2.1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS RECURSOS HÍDRICOS	24
2.2. CONTEXTO HISTÓRICO DO PISF	25
2.3. AS MARCAS DO PISF: O CASO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB	31
3. O TERRITÓRIO CAMPONÊS SOB A PERSPECTIVA DO PISF	34
3.1. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE ENQUANTO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL	37
3.2. O IMPACTO DE GRANDES OBRAS EM COMUNIDADES RURAIS.....	42
3.3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DOS AGRICULTORES ANTES DO PISF	43
4. A DESTERRITORIALIZAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS	49
4.1. O PROCESSO DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS MORADORES DA VPR CACARÉ	51
5. RETERRITORIALIZAÇÃO: O INÍCIO DE UM NOVO CICLO.....	54
5.1. O PROJETO DE REASSENTAMENTO (PBA-08)	54
5.2. A VILA PRODUTIVA RURAL CACARÉ	56
5.3. PÓS-OBRA DO PISF: COMO VIVEM OS MORADORES?.....	61
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (MORADORES DA VPR CACARÉ)....	74
APÊNDICE B – PROJETOS BÁSICOS AMBIENTAIS (PBA’S)	77

1. INTRODUÇÃO

As históricas transformações ocorridas no espaço rural brasileiro, notadamente a partir da década de 1980, deixaram marcas em todo o território nacional, principalmente no que diz respeito às formas de vida da população do campo. A reestruturação do campo foi influenciada, sobretudo, pelo processo de globalização, especialmente a partir da inserção do capital estrangeiro, o que provocou a territorialização do capital e oligopolização do espaço agrário.

A consolidação do agronegócio culminou em disputas acirradas entre pequenos produtores rurais e latifundiários, visto que os últimos buscaram aumentar a produção agropecuária e para isso necessitavam ampliar suas terras. Nesse processo uma parcela expressiva de pequenos produtores, principalmente aqueles que viviam da agricultura familiar foram obrigados a deixar seu território de vida e trabalho.

Isso evidencia o cenário de luta da classe trabalhadora camponesa que busca resistir às mudanças impostas pelas forças do capitalismo, refletido na divisão territorial e social do trabalho. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas ao longo do tempo, muitos camponeses não abrem mão do seu território de vida e trabalho, como é o caso das comunidades rurais de São José de Piranhas – PB, que praticam a agricultura familiar baseada na produção diversificada de alimentos, na sua grande maioria, destinado para o consumo próprio e/ou complemento de renda.

No Nordeste, todavia, a atividade agrícola é ainda dificultada pelas condições naturais da região. A escassez hídrica se configura, portanto, como um fator extremamente limitante. Assim, para tentar amenizar os impactos causados pelos longos períodos de estiagem foram criados alguns programas mitigatórios como o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Água Doce (PAD), cujos objetivos eram descentralizar o acesso a água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável. Apesar da notável importância, ainda se fazia necessária uma política mais ampla e inovadora, capaz de fornecer água para abastecer os mais diversos setores, incluindo as atividades agrícolas.

Neste contexto, surge o Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF), cujos debates datam do século XIX, durante o império de Dom Pedro II. Entretanto, o projeto só foi efetivamente posto em prática entre os anos de 2003 e 2006, durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pois todas as propostas até então tiveram como resultado o arquivamento.

Este projeto de infraestrutura hídrica surgiu a partir da precariedade das condições de acesso à água de cerca de 12 milhões de habitantes (Brasil, 2004). Deste modo, o objetivo principal do PISF é atender as famílias carentes do acesso à água, tornando-se a solução para a superação do problema da seca enraizado do semiárido brasileiro, condição limitadora, até certo ponto, para o desenvolvimento econômico da região.

Para além dos seus objetivos, o PISF também tem contribuído de maneira expressiva para os interesses do agronegócio. Diferente do que se pensava, o PISF não se trata de uma política pública isolada e contraria as necessidades do capital, pois desde do início de sua efetivação os estados receptores tem buscado maneiras de ampliar a produção dos insumos agrícolas para atender as demandas do mercado. Este aumento na produção agrícola só foi possível graças aos sistemas de irrigação abastecidos pelas águas da transposição.

Embora seja a maior obra de infraestrutura hídrica no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), o PISF não foi isento de conflitos. Ao longo dos seus 477 quilômetros de extensão, o projeto deixou diferentes marcas, redefinindo territórios e provocando novas dinâmicas socioespaciais, como ocorreu em São José de Piranhas – PB, objeto de estudo desta pesquisa.

A região que está situado o município de São José de Piranhas – PB, passou por momentos históricos de deslocamentos de comunidades em função de obras hídricas, pois em 1932 a Vila de São José de Piranhas teve sua sede transferida para Jatobá. A mudança ocorreu em virtude da construção do açude engenheiro Ávidos, reservatório planejado para abastecer as cidades de Sousa e Cajazeiras (Ferreira, 2011). Menos de um século após a desterritorialização ocorrida devido as obras do Engenheiro Ávidos, um novo capítulo na história de São José de Piranhas começou a ser escrito, dessa vez em função do PISF.

O município está situado no extremo oeste do estado da Paraíba, localizado geograficamente na região imediata de Cajazeiras. Por estar localizado em um ponto estratégico para a bacia receptora do trecho II (Eixo Norte) do PISF, o município foi alvo de grandes transformações espaciais e sociais. Em termos territoriais, o município teve o maior percentual de desapropriação territorial de todo o percurso da obra do PISF, assim mais de 5.200 hectares, 7,76 % da área rural foram atingidos (Brasil, 2004). Foram aproximadamente 295 propriedades afetadas, gerando com isso mais de 700 pessoas deslocadas, provocando simultaneamente a desterritorialização da população (Diniz, 2018).

Para compreender o processo de desterritorialização é preciso partir de uma análise da organização territorial, tendo como foco as relações sociais e os paradigmas enfrentados pela população desterritorializada e, conseqüentemente reterritorializada, pois como afirma

Haesbaert (2007), estes são processos indissociáveis. Nesta perspectiva, entende-se por desterritorialização “o movimento pelo qual se abandona o território” (Deleuze E Guattari, 1997, p. 224 apud Haesbaert, 2007, p. 127). Já a territorialização é o “movimento de construção do território” (Deleuze E Guattari, 1997, p. 224 apud Haesbaert, 2007, p. 127).

O PISF revela um processo intrínseco de dominação e influência sobre a população rural. Neste sentido, o território se configura como um recorte espacial definido por relações de apropriação, poder e controle (Haesbaert, 2006; Saquet, 2007; Sposito, 2004). Para além disso, o território abre espaço para as territorialidades, as quais dizem respeito à vida humana em sua complexidade.

Para tentar amenizar os impactos causados pelas obras do PISF foram criados alguns programas mitigatórios e compensatórios a partir dos Programas Básicos Ambientais (PBA's). Dentre eles destaca-se a construção das chamadas Vilas Produtivas Rurais (VPR's), espaços rurais construídos e destinados ao reassentamento das famílias atingidas pelas obras do projeto.

Logo, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os impactos causados pelo processo de desterritorialização e reterritorialização de comunidades rurais atingidas pelas obras do PISF, em especial as famílias que vivem atualmente na Vila Produtiva Rural Cacaré, São José de Piranhas – PB.

Para atingir este objetivo, foram traçados quatro objetivos específicos, a saber: analisar a origem, motivação e evolução histórica do Projeto de Integração do rio São Francisco; identificar as características das famílias reassentadas, incluindo aspectos como composição familiar, ocupação e renda; verificar como se deu o processo de desterritorialização/reterritorialização das comunidades rurais de São José de Piranhas – PB e destacar os principais desafios enfrentados pelos moradores da VPR Cacaré.

Esta pesquisa justifica-se, portanto, pela necessidade de compreender como os processos de desterritorialização e reterritorialização afetaram as formas de vida da população piranhense, principalmente no tocante a identidade territorial. Este trabalho busca evidenciar as controvérsias que sustentam o PISF e que assim como outros megaprojetos de desenvolvimentos, tenta mascarar seus reais objetivos, negando muitas vezes a reprodução da sua própria forma de vida camponesa.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi adotado a metodologia de caráter quali-quantitativa, a qual possibilitou a análise e interpretação dos resultados obtidos. De acordo com Knechtel (2014, p. 106), a pesquisa quali-quantitativa “[...] interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação,

a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica) ”. Nesta perspectiva, Gatti (2004) afirma que pesquisas qualitativas e quantitativas não são opostas e antagônicas, ao contrário, são complementares e oportunizam compreender melhor os fenômenos investigados.

Como base teórica foi explorado o conceito de território, categoria analítica da ciência geográfica. Para tanto as concepções de Haesbaert (2006) foram de grande contribuição, inclusive para entender o processo de desterritorialização e reterritorialização enfrentados pelos moradores da VPR Cacaré. Outros autores também foram consultados e utilizados durante o processo de construção da pesquisa. Portanto, esta pesquisa pode ainda ser classificada quanto aos meios, como uma pesquisa de cunho bibliográfico, pois se complementa a partir do “registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados” (Severino, 2007, p. 122).

Para a aproximação com o objeto e os sujeitos da pesquisa, assim como para a coleta de dados primários, foi adotado o estudo de campo. A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (Gonçalves, 2001 apud Piana 2009).

A pesquisa foi dividida inicialmente em duas (02) etapas. A primeira delas consistiu na observação in loco do arranjo da vila e na quantificação do número de ruas e casas, obtendo um total de 10 ruas e 120 casas originais do programa de reassentamento de populações. A segunda, foi a realização de um cálculo matemático e probabilístico baseado no tamanho da amostra (TA), com nível de confiança de 90% e margem de erro de 10%, obtendo assim, um total de 44 residências alvo da pesquisa (aproximadamente 37%).

Legenda:

- N = total de casas originais do programa (120);
- z = escore z (1,65 - referente a 90% de nível de confiança);
- e = margem de erro (10%)
- p = desvio padrão (50%)

$$TA = \frac{\frac{z^2 \cdot p(1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \cdot p(1-p)}{e^2 \cdot N} \right)}$$

Para a aproximação com o objeto de estudo e os sujeitos da pesquisa, foi realizada no mês de janeiro de 2024 as entrevistas semiestruturadas (apêndice A), destinadas a um membro da família, o qual possibilitou traçar o perfil dos moradores da VPR Cacaré e conhecer um pouco da história de cada um dos moradores, desde o momento da saída do seu local de moradia até a instalação definitiva na VPR. A última etapa da pesquisa foi destinada para a criação de gráficos e tabelas para facilitar o processo de análise e interpretação dos dados.

Ambas as etapas permitiram, portanto, entender o contexto histórico e a dinâmica territorial ditada pelo intrínseco processo de desterritorialização e reterritorialização, as condições socioeconômicas das famílias atingidas pelas obras do PISF e reassentadas na VPR, além possibilitar visualizar os desdobramentos e implicações do PISF, em uma escala local.

Esta pesquisa foi estruturada em seis capítulos. O primeiro capítulo é de cunho introdutório. O segundo capítulo intitulado “O espaço rural do semiárido brasileiro”, subdividido em quatro tópicos, traz uma contextualização sobre as principais características da região nordeste, um resgate histórico dos principais programas e projetos criados para amenizar à escassez de água, bem como uma breve descrição do PISF e seus efeitos sobre o município de São José de Piranhas – PB.

O terceiro capítulo intitulado “O território camponês sob a perspectiva do PISF”, contempla as noções de território, territorialização, territorialidades e identidade territorial. Para tanto, logo nos dois primeiros subtópicos é realizada uma discussão em volta dos conceitos e das questões envolvidas. Em contrapartida, os dois últimos subtópicos buscam destacar os impactos causados por grandes obras de infraestrutura hídrica e real a situação da população rural piranhense antes de serem atingidas pelas obras do projeto.

O quarto capítulo “A desterritorialização e seus desdobramentos”, traz um recorte sobre o conceito de desterritorialização e busca evidenciar os impactos causados por este processo. Para tanto, em seu primeiro subtópico mostra os dados referentes às comunidades rurais de São José de Piranhas que foram atingidas e hoje vivem na VPR Cacaré.

O quinto capítulo “Reterritorialização: o início de um novo ciclo”, mostra o novo processo de territorialização das famílias, incluindo o reassentamento na VPR. Por fim, é realizado um levantamento a respeito de como foram afetados pelo duplo processo de desterritorialização/reterritorialização e como estes vivem atualmente, incluindo as condições de trabalho e renda. Por fim, o sexto capítulo traz as principais considerações a partir dos resultados obtidos ao longo da pesquisa.

2. O ESPAÇO RURAL DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

No Brasil, considera-se urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Nessa classificação, o espaço rural corresponde a aquilo que não é urbano, o que não pode ser tomado como verdade em uma análise mais complexa (Marques, 2002). Entender o rural apenas como aquilo oposto ao urbano é, neste contexto, um equívoco, pois não leva em consideração a complexidade das relações sociais presentes. “O rural, além de espaço produtivo, é lugar de vida, de interação social, condição muitas vezes colocada em segundo plano quando da sua análise” (Elesbão 2007, p. 48).

O espaço rural vem passando durante as últimas quatro décadas por um intenso processo de transformação, marcado pela implementação de novas tecnologias, principalmente a partir da inserção do capital estrangeiro. Os avanços técnicos e científicos provocaram a reestruturação dos processos produtivos rurais, que pautados na dinâmica do processo de globalização e marcado pela territorialização do capital, desencadeou uma nova organização econômica, política e social do espaço agrícola.

Os rápidos avanços tecnológicos suscitaram na criação de um novo modelo de configuração sócio-espacial, denominada por Santos (1994, 1996) de meio técnico-científico-informacional, capaz de alterar profundamente o sistema de objeto e ações e oferecer condições propícias para a ampliação do capital.

O novo modelo de organização rural, denominado por Santos (2000), de agricultura científica, que surgiu a partir da consolidação do agronegócio, se caracterizou ao longo do tempo como um sistema socialmente excludente e totalitariamente desigual, evidenciando um cenário de luta e resistência da classe trabalhadora camponesa, em resposta a nova divisão territorial e social do trabalho. Em contrapartida, aumenta-se a produção do espaço agrícola, agora voltada especialmente para monoculturas, conforme aponta Elias (2006, p. 2):

A partir da década de 1980, a reestruturação produtiva da agropecuária intensificou-se, mas privilegiou áreas, produtos segmentos sociais. Isto acarretou profundos impactos sociais, territoriais e ambientais que culminaram na elevação da histórica concentração da propriedade da terra; num processo de oligopolização do setor agropecuário; em transformações das relações sociais de produção; na fragmentação do espaço agrícola e no incremento da urbanização.

Nesse contexto, a utilização de novos métodos e equipamentos tecnológicos, com vistas à redução de custos e aumento da produtividade foi imprescindível, abrindo espaço para o crescimento da mais-valia. Durante este processo, o aumento da extensão da área cultivada deixou de ser o fator determinante para o aumento produtivo, pois agora contam com a implementação de novos insumos agrícolas, como o uso de máquinas, fertilizantes e insumos biotecnológicos capazes de controlar o ciclo biológico das espécies vegetais e torná-las mais resistentes às forças da natureza. Diante destas possibilidades, os elementos naturais como clima, relevo, solo, temperatura, topografia, dentre outros, deixaram de ser fatores limitantes para a ampliação do setor.

Com a difusão desse conjunto de inovações, configurando novos sistemas técnicos agrícolas, a agropecuária tornou-se crescentemente dependente do processo científico-técnico de base industrial, e minimiza a anterior vantagem relativa representada pela produção localizada nos melhores solos, nas topografias mais adequadas, entre outros. Além disso, aumentou a possibilidade de aproveitamento dos solos menos férteis e de ocupação intensiva de territórios desprezados para tal atividade, relativizando-se as questões locacionais, antes imprescindíveis (Elias, 2006, p. 3).

A agricultura científica sustenta-se na economia de mercado, com vistas a atender as demandas urbanas e industriais, fortemente ligadas ao consumo de massa. Este novo sistema agrícola pode ser classificado segundo Elias (2006), em três momentos diferentes. O primeiro, ocorrido em meados de 1950, caracterizou-se pelo emprego de insumos artificiais e químicos (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos, etc.), além do uso de equipamentos mecânicos (tratores, arados, colheitadeiras, etc.). É importante ressaltar que durante esse período o Brasil importava grande maioria desses insumos.

O segundo momento ocorrido em 1960 foi marcado pelo elevado interesse das grandes corporações industriais em se apropriar da produção agropecuária brasileira. De acordo com Graziano da Silva (1996 apud Elias, 2006), configurou-se como o processo de industrialização da agricultura, em que houve um intenso processo de instalação de indústrias, para suprir as novas demandas de insumos modernos e a transformação dos produtos agrícolas. Neste período, a dinâmica da agricultura passa a ser determinada pelo padrão de acumulação industrial.

A terceira fase ocorreu por volta de 1970. Nesse período, houve a rápida difusão da biotecnologia, tecnologia capaz de alterar a velocidade de rotação do capital, por meio da redução do período de produção e da potencialização dos efeitos das inovações químicas e

mecânicas (Silva, 1981 apud Elias, 2006). A partir de então, surgiu a chamada revolução verde¹, o que provocou uma intensa modificação nas tradicionais formas de distribuição e consumo dos produtos agropecuários, sendo as multinacionais os agentes mais poderosos desse processo.

Dessa forma, compreende-se que a reestruturação produtiva da agropecuária acarretou profundos impactos sobre os espaços agrícolas, impactos estes de ordem social, territorial e ambiental, culminando na territorialização do capital no campo e na oligopolização do espaço agrário (Elias, 2006). Como resultado deste processo, tem-se o agravamento da concentração fundiária e a forte intensificação do valor de troca em detrimento do valor de uso, o que provoca intensas transformações nas formas de trabalho agrícola.

No Nordeste os avanços tecnológicos sempre foram limitados pelas condições naturais, fazendo com que a região recebesse o título de atrasada e avessa ao desenvolvimento. Isto significa dizer que o Nordeste apesar de desenvolver um papel importante na economia brasileira, é vista ainda nos dias atuais como uma região pouco desenvolvida e que se utiliza de técnicas arcaicas de produção.

Todavia, de acordo com Elias (2006), às margens do rio São Francisco, especialmente a região fisiográfica do submédio São Francisco, foi utilizada nas últimas décadas para processo de difusão da agricultura científica e do agronegócio antes mesmo da implantação do PISF. Assim, a partir de 1980 houve a ampliação do cultivo de espécies frutíferas.

Diante desta conjuntura e sustentado pela ideia de ampliação da produção para suprir as necessidades do agronegócio, surge o PISF, investimento capaz de modificar a situação econômica e de produção da região Nordeste. Os espaços agrícolas até então vistos como impossíveis para a produção agrícola devido às condições naturais, se configuram agora como “pontos luminosos do espaço agrícola” (Santos 2000 apud Elias, 2006), isto é, áreas marcadas pela territorialização do capital e pela consequente modernização agrícola.

Deste modo, reforça-se a lógica capitalista de que o investimento em novas regiões ocorre para beneficiar os grupos mais abastados e favorecer a ampliação do capital em detrimento das necessidades da sociedade menos favorecida. Neste sentido, “os lugares escolhidos para receber investimentos transformam-se em pontos de modernização da economia e do território enquanto todo o restante fica à margem desse processo” (Elias, 2006, p. 9).

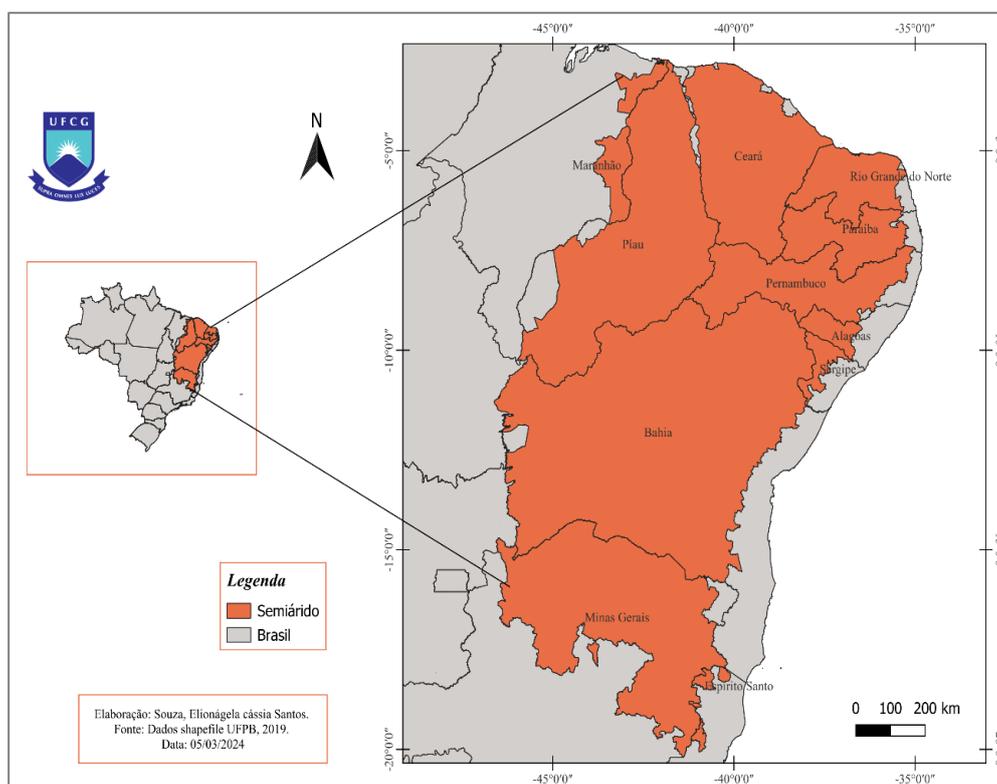
Nestas áreas são visíveis as reestruturações da produção e do território, acarretando inúmeras consequências sobre os elementos sociais e técnicos da estrutura agrária (Elias, 2006).

¹ Fundamentada na utilização e difusão internacional de um conjunto de práticas tecnológicas de pesquisa e produção agropecuárias, vendidas ideologicamente como a resolução do problema da fome no mundo.

Embora tenha havido durante as últimas décadas diversas modificações estruturais no campo, há ainda pequenos agricultores que se dedicam exclusivamente à agricultura familiar ou de subsistência² e resistem bravamente ao avanço do agronegócio.

No semiárido brasileiro (mapa 1) a atividade agropecuária limitava-se, desde o período colonial, à criação de gado e outros animais, como porcos e cabras, sobrepondo-se à agricultura. Desde de então, a agricultura é uma atividade presente, entretanto não se configura como a principal, visto que se restringe, em grande parte, a pequenas áreas de caráter familiar. A escassez hídrica, é um fator limitante para a agricultura, o seu desenvolvimento sempre ocorreu, predominantemente, onde os solos eram mais úmidos como leito de rios e áreas de baixo (Domingues, 2016).

Mapa 1: Delimitação do semiárido brasileiro



Fonte: elaborado pela autora (2024).

De acordo com a atualização dos recortes geográficos realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, o semiárido antes formado por 1262 municípios, passou a ser composto por 1427 municípios dos Estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba,

² Consiste na produção de alimentos utilizando mão de obra familiar. Os produtos cultivados são para o consumo, podendo haver ou não a venda de uma pequena parcela para complemento de renda. Esse tipo de cultivo utiliza-se de medos tradicionais, não havendo, portanto, a utilização de insumos tecnológicos.

Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, ocupando 12 % do território nacional e abrigando cerca de 28 milhões de habitantes divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%) (IBGE, 2022). O clima seco do semiárido é, a priori, determinado pela imprevisibilidade e má distribuição do volume de precipitações de chuvas ao longo do tempo, revelado pelos longos períodos de estiagem (Suassuna, 2002).

A hidrologia é totalmente dependente do ritmo climático. As secas são caracterizadas tanto pela ausência e escassez quanto pela variabilidade temporal das chuvas. Não é rara na história da região a sucessão de anos seguidos de seca. No entanto, a limitação hídrica ocorre anualmente devido ao longo período seco que leva a desperenização dos rios e riachos endógenos. A reduzida capacidade de absorção de água no solo é dificultada em virtude do relevo alterado e dos solos rasos e pedregosos. A presença de solos cristalinos na maior parte da abrangência do semiárido limita o acesso à água existente nos aquíferos subterrâneos. (Silva, 2006, p. 17).

Nestas condições, o rio São Francisco é o único rio perene do Nordeste Setentrional. Mediante suas características hidrológicas, as quais permitem sua perenização, o rio adquire uma significação importante para as populações que usufruem da riqueza de suas águas. A vida da população nordestina é marcada por um constante processo de superar as condições limitadoras. Nesta direção, se sobressai a figura do Estado, órgão responsável por procurar medidas que solucionem os problemas ou, mitiguem, as desigualdades sociais e, neste caso, o desafio de viver na semiaridez (Domingues, 2016).

As secas catastróficas que atingem a região põem em destaque um problema latente; a falta de uma organização socioeconômica convenientemente adaptada à condição do meio. O problema da gestão hídrica no Nordeste recai, principalmente, sobre o setor mais frágil da economia: a agricultura de subsistência. Desta agricultura depende 80% da população do Semiárido (Brasil, 2006).

A irregularidade das precipitações e a má distribuição ao longo do ano gera uma série de incertezas na população nordestina e destaca a ausência de políticas públicas voltadas para minimizar os problemas sociais. Isto é, a fragilidade de políticas públicas sempre acompanhou a gravidade e o desdobramento dos principais problemas relacionados à seca (Brasil, 2005).

Tais condições naturais fazem do semiárido uma região única dotada de originalidade, abrigando elementos climáticos, hidrológicos e geológicos com características marcantes que condicionam e dificultam, até certo ponto, as atividades do homem do campo. Entretanto, as questões relacionadas ao acesso à água não devem ser encaradas apenas por questões de ordem natural, mas também aquelas de ordem social e ao mesmo tempo políticas que estão por trás

das tentativas de solucionar ou amenizar os problemas relacionados à falta de água no semiárido.

1.1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS RECURSOS HÍDRICOS

O Brasil é um país privilegiado em termos de disponibilidade hídrica, todavia a sua distribuição sobre o território se dá de maneira desigual, já que as precipitações ocorrem de maneira irregular durante o ano, e isso depende do clima predominante em cada região. Além disso, há no planeta uma diferença enorme entre o volume de água salgada (97,5%) e volume de água doce (2,5%). Da pequena fração própria para o consumo humano, parte fica contida nas calotas polares e nos lençóis freáticos (ANA, 2019).

De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA, 2019), os usos das águas podem ser classificados de duas maneiras distintas: uso consuntivo³ e uso não consuntivo⁴. De acordo com estudos deste mesmo órgão, a irrigação é responsável por 52% das retiradas de água, seguida pelo abastecimento urbano (23,8%), indústria de transformação (9,1%) e abastecimento animal (8%).

As políticas públicas voltadas para as questões hídricas do semiárido brasileiro foram desencadeadas pelas secas, crises hídricas e a forte desigualdade presente no território nacional. Diante disso, “as políticas públicas têm como objetivo tratar as especificidades do semiárido, formular estratégias que possibilitem maior acesso à sociedade e que atendam as demandas da população visando o desenvolvimento rural” (Aguilar et al, 2018, p. 10).

[...] é possível perceber que as políticas públicas sociais são expressões das pressões da classe trabalhadora, que embora em algumas perspectivas se apresentam como compensatórias e não emancipatórias como seria o desejável, possuem finalidade importante para o mínimo existencial dos trabalhadores e suas famílias, seja na qualidade de vida, seja no trabalho (Henig; Ferraz, 2021. p. 7).

De maneira geral, as políticas públicas são ações ou medidas tomadas pelo Estado capazes de promover melhorias para a população, garantindo os direitos previstos na

³ Um uso é considerado consuntivo quando a água retirada é consumida, parcial ou totalmente, no processo a que se destina, não retornando diretamente ao corpo d'água. Este consumo pode ocorrer de diferentes maneiras: por evaporação, transpiração, incorporação em produtos, consumo por seres vivos, dentre outros.

⁴ O uso não consuntivo é aquele em que é retirada uma parte de água dos mananciais e depois de utilizada, é devolvida a esses mananciais a mesma quantidade e com a mesma qualidade, ou ainda nos usos em que a água serve apenas como veículo para uma certa atividade, ou seja, a água não é consumida durante o processo. Exemplos: geração de energia, navegação, pesca, turismo e lazer.

Constituição Federal de 1988 e em outras leis, ou seja, servem de ferramenta para programar mudanças progressivas na sociedade. Todavia, as políticas públicas no semiárido mostram-se relevantes, porém, estão muito aquém do ponto desejável ou necessário para promover transformações significativas; com efeito, o alcance social (Azevêdo, 2015).

De acordo com Azevêdo (2015), a preocupação com a escassez de água ganhou espaço na agenda das políticas públicas, em termos mundiais, a partir da década de 1980, tendo ajudado a justificar inúmeras ações governamentais. A situação tem sido por muito tempo preocupante e desafiadora, não só pelas condições naturais de seca, mas também pela limitação das oportunidades de trabalho e vida no campo.

Assim, para tentar amenizar o problema relacionado à escassez hídrica e sua má distribuição, foi criado em 1909, o Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS), que posteriormente, em 1945, foi denominado de Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Apesar da importância desses órgãos, sua atuação era limitada pois era voltada basicamente para a construção de açudes e barragens.

A política de açudagem na região Nordeste, propôs ao longo dos anos a construção de grandes açudes, que consiste na formação de uma infraestrutura hídrica de fornecimento confiável de água para o suprimento da maior parte das grandes cidades nordestinas. Outra política hídrica de destaque na região semiárida é a construção e aproveitamento de poços artesianos para a captação de águas subterrâneas. Historicamente, as políticas de combate à seca passaram por um processo descontínuo que trazia soluções que apenas mitigavam, em algumas situações, o acesso a água.

Entre os anos 1990 e 2000 foram iniciadas duas propostas para solucionar o problema da escassez hídrica na zona rural do semiárido brasileiro: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), coordenado pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) e o Programa Água Doce (PAD), ligado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Essas diferentes alternativas surgiram como o objetivo de descentralizar o acesso a água de qualidade para o consumo humano por meio do aproveitamento sustentável.

Os resultados do P1MC e do PAD foram satisfatórios, porém ainda se fazia necessária uma política mais ampla e inovadora, foi a partir de então que entrou em debate, desta vez de forma efetiva, a transposição das águas do rio São Francisco para a região semiárida do Brasil.

1.2. CONTEXTO HISTÓRICO DO PISF

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), conhecido popularmente como transposição do São Francisco, representa o maior projeto de infraestrutura hídrica do Brasil. Os debates sobre a utilização das águas do rio São Francisco, para fins de resolução dos problemas relacionados à seca no semiárido são históricos e datam do século XIX, desde o império de Dom Pedro II, porém não há registro de proposta efetiva de realização do projeto.

A ideia de transposição foi novamente debatida durante o Segundo Reinado (1840-1889). Em 1856, uma comissão chefiada pelo Barão de Capanema, foi encarregada de estudar o problema da seca. Após os estudos, chegaram à conclusão que o problema só seria resolvido se realizassem um canal ligando o rio São Francisco ao rio Jaguaribe. Finalizado em 1859 este projeto foi arquivado, vindo a ser alvo de discussão apenas em 1886, sob comando do engenheiro cearense, Tristão Franklin Alencar, o resultado: arquivado.

Ao longo do período republicano, mais precisamente a partir de 1889 o projeto de transposição foi lembrado diversas vezes, porém sem registro de efetivação. Em 1909, técnicos da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS) elaboraram um esquema do canal que ligaria os rios São Francisco e Jaguaribe.

Em 1919, mesmo sendo reconsiderado pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) foi novamente arquivado. Após a criação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), durante o Governo Vargas, a ideia da transposição voltou a ser debatida. Assim, em 1981 os técnicos do DNOCS elaboraram um novo plano cujo destino foi o arquivamento.

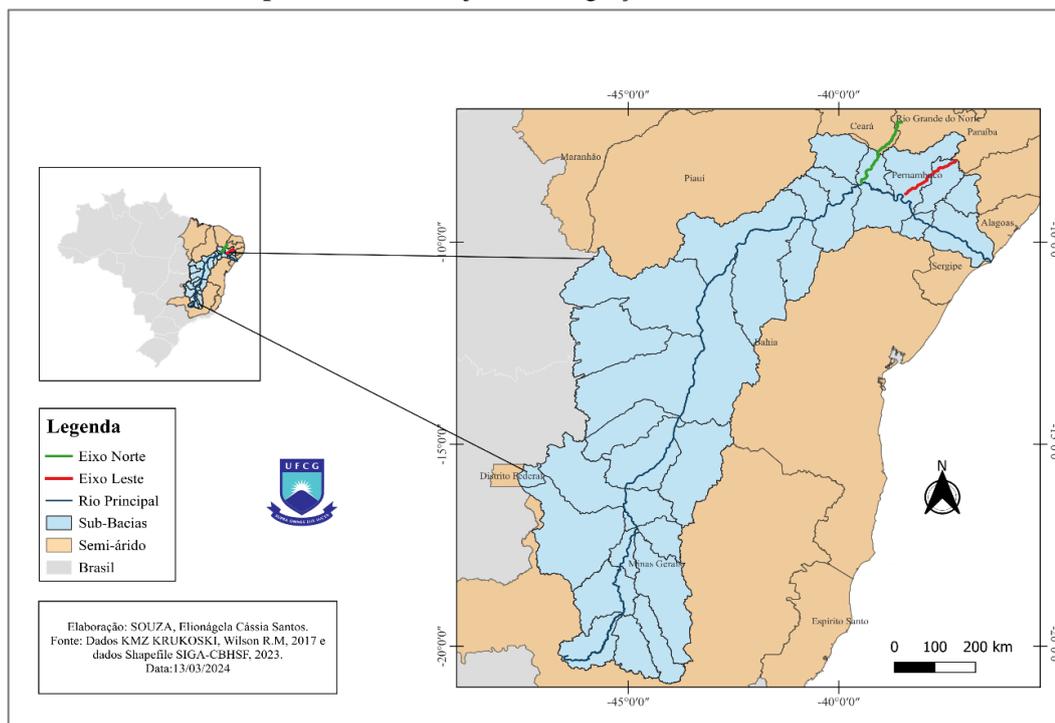
Em 1993, durante o governo de Itamar Franco, Aluísio Alves, foi proposta a construção de um canal em Cabrobó (Pernambuco) cujo objetivo era retirar até 150 metros cúbicos de água do rio São Francisco para beneficiar os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Após o parecer contrário do Tribunal de Contas da União (TCU), o projeto foi mais uma vez arquivado.

A partir de 1995, no decorrer dos dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, novas versões do projeto foram apresentadas, porém nenhuma foi levada adiante. Somente durante o primeiro mandato do presidente Silva, entre 2003 e 2006, a ideia da transposição ganhou ênfase e foi efetivada.

O PISF passou por inúmeras discussões e arquivamentos até chegar o efetivo momento de sua implementação. Logo, a efetivação do projeto justifica-se pela necessidade de aumentar a oferta hídrica da região beneficiada e ao mesmo tempo garantir melhorias para a população, mitigando os efeitos da baixa disponibilidade hídrica que, conseqüentemente, prejudica o desenvolvimento das atividades agropecuárias (Castro; Cerezini, 2022).

O projeto de transpor as águas do rio São Francisco surgiu a partir da precariedade das condições de acesso à água de cerca de 12 milhões de habitantes (Brasil, 2004). A obra conta com 477 quilômetros de extensão em dois eixos: leste e norte (mapa 2), engloba a construção de 13 aquedutos, nove estações de bombeamento, 27 reservatórios, nove subestações de 230 quilowatts, 270 quilômetros de linhas de transmissão em alta tensão e quatro túneis (Brasil, 2023).

Mapa 2: Eixos do Projeto de Integração do rio São Francisco



Fonte: elaborado pela autora (2024).

De acordo com o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CBHSF, 2024), a bacia hidrográfica do rio São Francisco (mapa 3) corresponde a 8% do território nacional. Com uma extensão 2.863 km e uma área de drenagem de mais de 639.219 km², estende-se desde Minas Gerais, onde o rio nasce, na Serra da Canastra, até o Oceano Atlântico, onde deságua, na divisa dos estados de Alagoas e de Sergipe. Essa vasta área integra as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do país, percorrendo 505 municípios, em seis estados (Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe).

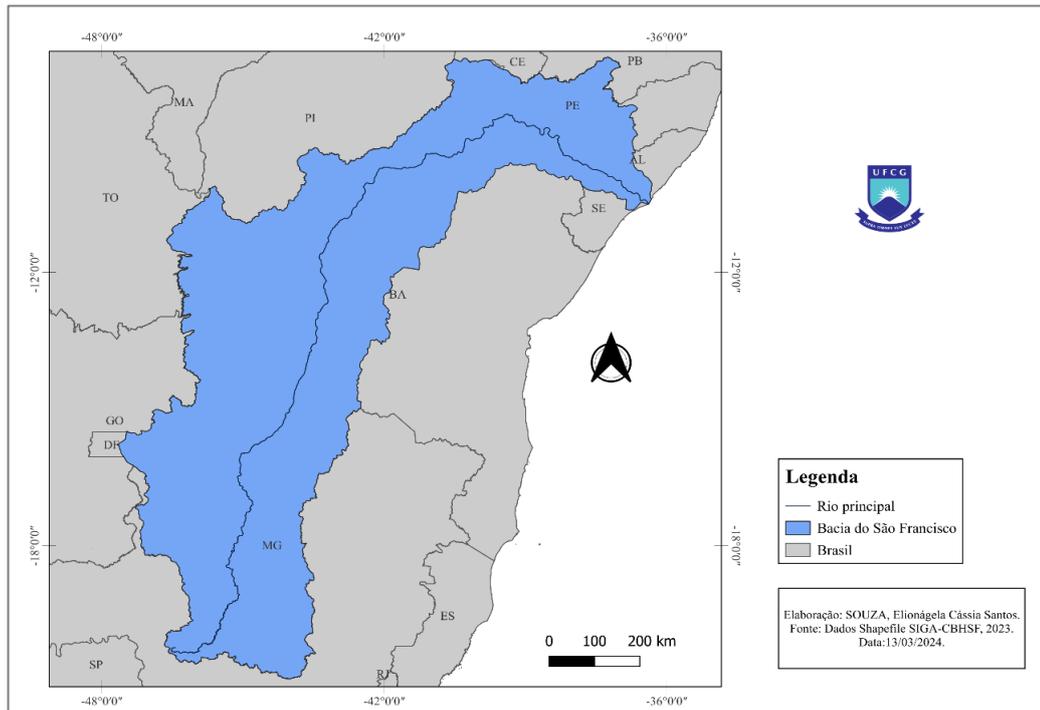
Constituindo uma das 12 regiões hidrográficas brasileiras, a bacia do São Francisco é fonte de inspiração e debates devido a sua extensão, seu potencial hídrico e a sua expressividade socioeconômica. Devido à sua extensão territorial e para fins de planejamentos, a bacia foi dividida em quatro zonas ou regiões fisiográficas (mapa 4), que levam em consideração o curso do rio e a altitude. A bacia encontra-se dividida da seguinte forma (Brasil, 2022): Alto São

Francisco: 40% da área da bacia; Médio São Francisco: 39% da área da bacia; Submédio São Francisco: 17% da área da bacia; Baixo São Francisco: 5% da área da bacia.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

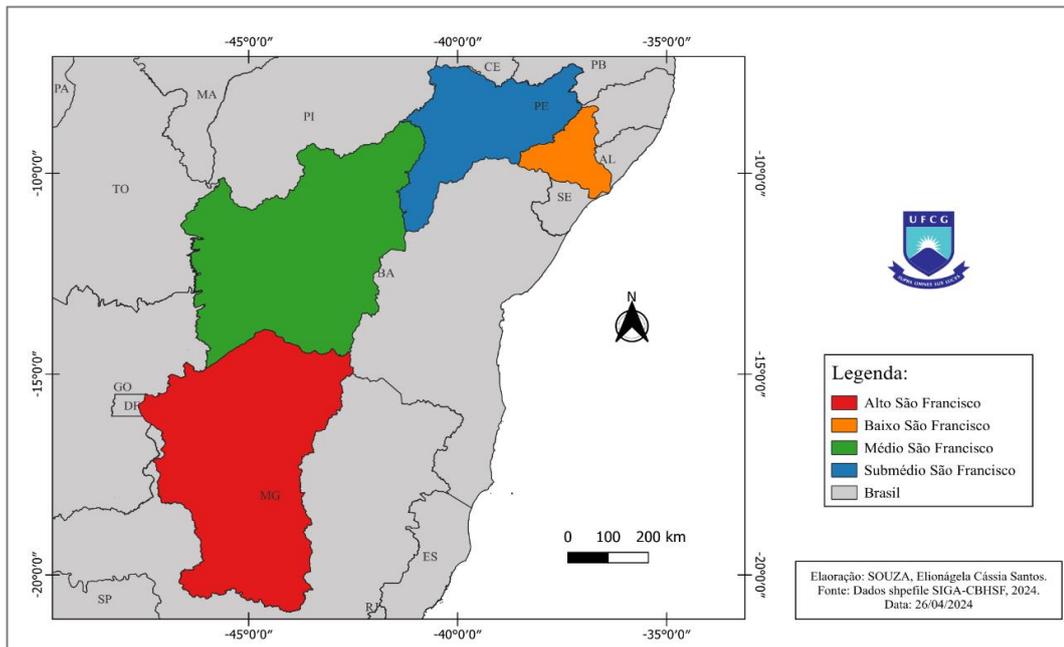
É importante salientar que cerca de 54% do território da bacia hidrográfica se localiza

Mapa 3: Delimitação da Bacia do São Francisco



no Semiárido brasileiro. Porém, a bacia abarca quatro biomas: Caatinga, Cerrado, fragmentos de Mata Atlântica, além do ecossistema estuarino do rio. Estes biomas são responsáveis pela diversidade ambiental e paisagista da região hidrográfica. A população total da bacia é de cerca de 15 milhões de pessoas, com perfis contrastantes que vão de áreas com elevados níveis de riqueza e densidade demográfica e outras com reduzidos níveis de renda e densidade populacional (Brasil, 2022).

O PISF não se trata, todavia, de uma política pública isolada e muito menos avessa aos interesses do agronegócio. Desde de sua efetivação, os estados receptores vêm planejando e executando ações e projetos com o objetivo de aumentar o seu raio de atuação (Medeiros, et al, 2021) e, conseqüentemente ampliar a produção dos insumos agrícolas para atender as demandas do mercado.

Mapa 4: Regiões fisiográficas do São Francisco

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Essa proposta do governo Federal apoiou-se na justificativa da garantia de equidade e segurança hídrica, ou seja, na perspectiva de justiça distributiva referente ao abastecimento humano e animal, conforme prevê a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, no artigo I, inciso III: “[...] em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais” (Brasil, 1997, s. p.). Em relação à escassez, os argumentos surgem do fato de que a região Nordeste possui apenas 3% da disponibilidade de água do país (Almeida, 2022).

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), menciona que a escolha do Rio São Francisco para execução do projeto se deve ao fato de ser esta “[...] a maior e a mais próxima fonte de água doce perene da região” (Brasil, 2004, p. 33). Além disso, esse relatório elenca os objetivos dessa transposição, organizados da seguinte maneira:

- a. Captar água em dois pontos do Rio São Francisco e levá-la ao Semiárido Nordeste para prover água às populações;
- b. Assegurar safras agrícolas, atividades industriais e o turismo;
- c. Fixar a população rural na região;
- d. Promover o crescimento das atividades produtivas;
- e. Diminuir gastos públicos com medidas emergenciais durante as frequentes secas;

- f. Garantir água para uma infraestrutura de reserva e distribuição já existente (açudes, rios e adutoras);
- g. Promover o desenvolvimento.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) as metas previstas para o empreendimento são: assegurar o abastecimento do consumo urbano; viabilizar a expansão da produção rural de alimentos e de produtos agrícolas exportáveis; tornar possível a gestão mais eficiente da oferta hídrica através da integração das principais fontes hídricas da região (Brasil, 2004). Logo, percebe-se, desde as metas propostas, que o abastecimento humano e as atividades de ordem familiar ou de subsistências são deixadas em segundo plano, sendo a agricultura irrigada para a produção de produtos agrícolas de exportação a principal vertente do projeto.

O discurso do desenvolvimento com base no uso das águas do rio São Francisco, apesar de ter como pano de fundo a resolução do acesso à água, produção agrícola irrigada, está voltado, essencialmente, para fim de atendimento do mercado externo à região nordestina (Gonçalves; Oliveira, 2009, p. 114).

A implementação do projeto suscitou, concomitantemente, vários questionamentos e críticas baseadas na preocupação com os impactos que uma obra de tamanha magnitude pode causar e quais os sujeitos que de fato seriam beneficiados.

Para justificar o projeto de transposição de águas perante a opinião pública nacional, falou-se em “águas para todos” – todos os nordestinos, evidentemente – e, a partir daí, passou-se a falar que seriam beneficiados milhões de sertanejos. E nunca se mencionou para que classes sociais a transposição iria interessar. Os proprietários de terras absenteístas ficaram radiantes porque, antes que as obras comesçassem, houve valorização dessas terras. Os vazanteiros, que cultivavam o leito e faziam culturas de ciclo curto no leito exposto do rio por cinco a seis meses, ficaram apavorados porque iriam perder o único espaço possível de utilização pelos sertanejos roceiros sem terras (Ab’Saber, 2006, p.13).

O projeto de transposição, portanto, envolve uma série de conflitos políticos, mascarados pela ideia de avanço e modernidade. Fato é que a transposição vem provocando intensas transformações na vida dos nordestinos. Porém, pouco se fala dos impactos negativos da implantação e execução do PISF para a população local.

De acordo com o RIMA foram identificados 44 impactos, sendo 12 negativos (Brasil, 2004). Dentre os impactos negativos esperados é importante destacar a perda temporária de emprego e renda por efeitos das desapropriações, a introdução de tensões e riscos sociais

durante a fase de obra e a ruptura das relações sociocomunitárias durante a fase de obra (Brasil, 2004).

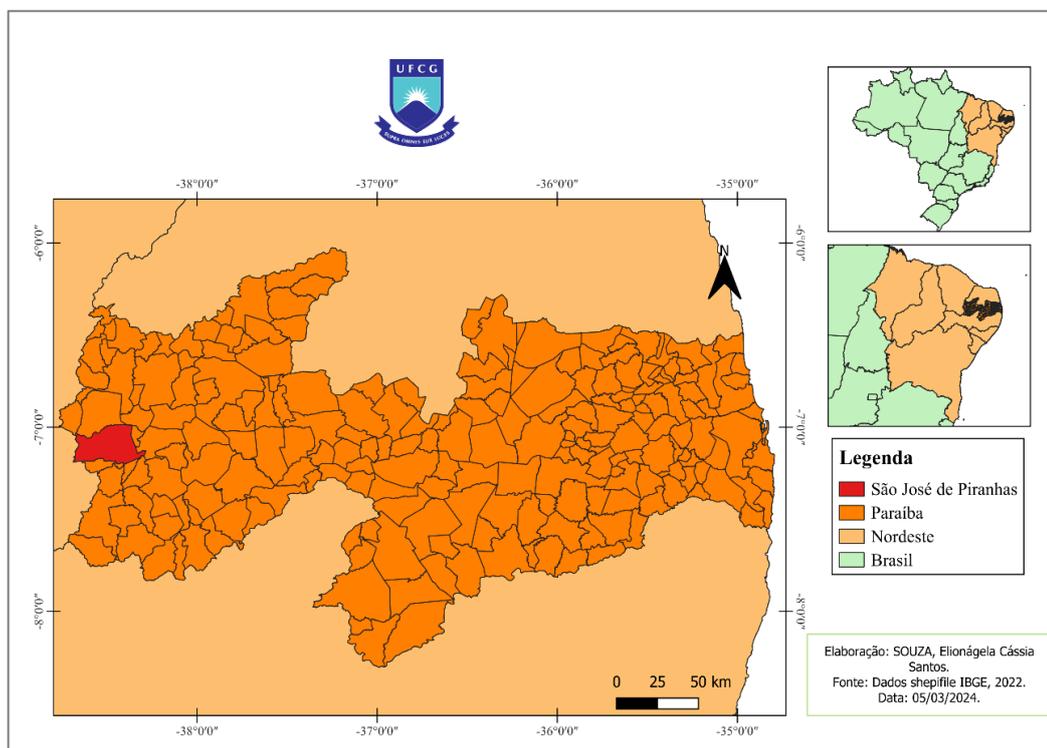
A partir da análise desses impactos negativos e buscando compreender os desafios enfrentados pela população atingida pelas obras do PISF, foi investigado nesta pesquisa o deslocamento involuntário e obrigatório de comunidades rurais, principalmente das famílias que viviam da agricultura familiar e que devido a expropriação de forma indenizatória deixaram seus territórios de vida.

Durante a execução do projeto estas famílias foram desapropriadas e deslocadas para outros territórios rurais ou urbanos, neste último caso sendo distanciados totalmente de suas formas de vida camponesa. As marcas do PISF podem ser sentidas em todo o território em que se estende, porém, é no espaço rural que se verificam os maiores impactos negativos, pois se trata de um espaço repleto de especificidades e peculiaridades.

2.3. AS MARCAS DO PISF: O CASO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB

O PISF apesar de ser a maior obra de infraestrutura hídrica no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), produziu diferentes marcas, redefinindo territórios, identidades, culturas e relações sociais. Interessa, nesta pesquisa, tratar das dinâmicas geradas pelas obras no Eixo Norte, em especial aquelas deixadas no município de São José de Piranhas-PB, referente principalmente ao deslocamento obrigatório de famílias rurais atingidas pelas obras dos canais.

O município de São José de Piranhas (mapa 5) está situado no extremo oeste do estado da Paraíba, localizado geograficamente na região imediata de Cajazeiras, limita-se a leste com Carrapateira e Aguiar; ao sul com Monte Horebe, Serra Grande e São José de Caiana; a norte com Cajazeiras, Nazarezinho e Cachoeira dos Índios e a Oeste com o Barro, no vizinho estado do Ceará.

Mapa 5: Localização de São José de Piranhas – PB

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Historicamente, a região que está situada o município de São José de Piranhas – PB passou por momentos de deslocamentos de comunidades em função de obras hídricas. Assim, em 1932 a Vila de São José de Piranhas teve sua sede transferida para Jatobá⁵. A mudança ocorreu em virtude da construção do açude engenheiro Ávidos, reservatório planejado para abastecer as cidades de Sousa e Cajazeiras (Ferreira, 2011).

De acordo com dados do IBGE (2022) o município possui uma área territorial de 686,918km² e uma população estimada de 20.406 habitantes. A agricultura constitui a principal atividade econômica desenvolvida, seguida do comércio e da pecuária (Evangelista, 2015). Em relação à hidrografia, o município encontra-se inserido nos domínios da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu, na região hidrográfica do alto curso do rio Piranhas e parte na sub-bacia do rio Piancó (Evangelista, 2015).

Por estar localizado em um ponto estratégico para a bacia receptora do trecho II (Eixo Norte) do PISF, o município foi alvo de grandes transformações espaciais e sociais. Esse trecho começa exatamente na divisa do Ceará com a Paraíba através do Túnel Cuncas I, com uma extensão de 17 km, sendo considerado o maior túnel da América Latina, tendo início no

⁵ O nome Jatobá permaneceu até 14 de novembro de 1952 quando um projeto de lei apresentado pelo deputado Estadual Humberto Lucena, restaurou o antigo nome de São José de Piranhas (Ferreira, 2011).

município de Mauriti (CE) e desembocando na Serra do Gonçalo, município de São José de Piranhas-PB (Diniz, 2018).

De acordo com Gonçalves e Sousa (2015 apud Diniz, 2018) as águas do rio São Francisco desembocam na barragem dos morros, reservatório construído com capacidade de 5.000.000 m³ em um perímetro de 0,91 km. Deste reservatório as águas seguem em canais abertos até o rio Tamanduá, afluente do rio Piranhas, local onde foi construído a barragem de Boa Vista, a maior de todo o projeto com capacidade de 230.000.000 m³ em um perímetro de 11,76 km. Dessa barragem a água será canalizada através do túnel Cuncas II ao Reservatório Caiçara, com volume de 4.690.000 m³ e um perímetro poligonal de 1,04km. A partir daí as águas serão lançadas no açude de Engenheiro Ávidos através de canais e aquedutos.

O município de São José de Piranhas teve o maior percentual de desapropriação territorial de todo o percurso da obra do PISF, assim mais de 5.200 hectares, 7,76 % de área rural piranhense foram atingidos (Brasil, 2004). Foram aproximadamente 295 propriedades afetadas, gerando com isso mais de 700 pessoas deslocadas, provocando simultaneamente a desterritorialização da população (Diniz, 2018).

Diante disso, nota-se que o município teve uma perda significativa do seu território para abrigar as obras do PISF. Neste caso, o território adquiriu novas significações, abrangendo outras dimensões que vão além da política ou organizacional, pois reflete os interesses que estão por trás da própria construção do espaço enquanto território.

3. O TERRITÓRIO CAMPONÊS SOB A PERSPECTIVA DO PISF

O PISF revela um processo intrínseco de dominação e influência sobre a população rural. Neste sentido, o território não aparece apenas como aquele cercado pela ação política, delimitado por fronteiras e marcado por relações de poder. Mais do que isso, o território abre espaço para as territorialidades, as quais dizem respeito à vida humana em sua complexidade.

Conceituar território é um trabalho extremamente difícil, pois a própria definição de território por órgãos governamentais não considera as conflitualidades existentes. Para tanto, compreende-se que o espaço é anterior ao território.

Espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (Raffestin, 1993, p. 143).

É importante salientar que o território como tal, refere-se a um espaço moldado por um agente sintagmático (que executa uma ação) de acordo com seus objetivos e interesses. O território se forma a partir do espaço, sendo considerado como o resultado de uma ação conduzida por um ator, portanto a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço.

O território é o recorte espacial definido por relações de apropriação, poder e controle sobre recursos e fluxos baseado em aspectos políticos, econômicos e culturais (Haesbaert, 2006; Saquet, 2007; Sposito, 2004). O território envolve diferentes modos pelos quais um Estado, grupo cultural, classe social ou atividade econômica se expressa e se relaciona, tanto individualmente quanto coletivamente. Segundo Haesbaert (2007) o território pode ser compreendido a partir de três vertentes básicas:

jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) *cultural(ista)*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) *econômica*, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (Haesbaert, 2007 apud Sposito, 2004, p.18).

Nesta definição o território é fruto de um processo contínuo de apropriação, dominação e, subsequentemente, poder. A compreensão do território, portanto, deve partir das relações

políticas e sociais que ditam a configuração e dinâmica territorial. O “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (Haesbaert, 2004, p. 1). Nesse sentido, Haesbaert (2002, p. 121) define território como o:

[...] produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando.

O autor compreende o território a partir de duas importantes vertentes: a política e a econômica, que envolvem direta ou indiretamente a ideia de dominação política e a apropriação simbólica. Esta última envolve os sujeitos sociais nas suas diferentes escalas geográficas. Sob esse viés, Haesbaert (2009, p. 105) aponta ainda que o:

[...] território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, na ‘dimensão’, ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas.

Neste sentido, pode-se perceber o território por meio das relações multidimensionais entre o caráter social e o puramente político, ditado pela manifestação do poder em sua especificidade. Levando em consideração as implicações que o poder exerce sobre o território, Saquet (2013, p. 33), define e compreende poder como:

[...] relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalmente; relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, como a família, as universidades, a igreja, o lugar de trabalho etc. O desvendamento das relações de poder e de ideologia se faz fundamental porque, nesta, age-se na orientação e constituição do eu, do indivíduo, integrando-o à dinâmica socioespacial através das mais distintas atividades da vida em sociedade [...]. O território, nesta multidimensionalidade do mundo, assume diversos significados, a partir de territorialidades plurais, complexas e em unidade. E esta é uma questão fundamental, que marcou a redescoberta do conceito de território sob novas leituras e interpretações: mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder.

Para o autor, a compreensão das relações de poder é fundamental para desmistificar e evidenciar os aspectos multifacetados e conflituosos que dimensionam a criação de novos territórios e regem os já existentes, pois como afirma Raffestin (1993, p. 58) “poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”.

O conceito de território é costumeiramente utilizado como instrumento de controle social para subordinar as comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento do agronegócio (Fernandes, 2008). A soberania enfatizada pelo autor pode ser facilmente identificada a partir do poder político do Estado nas tomadas de decisões. Nesta condição, verifica-se a escolha de uma determinada região para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande parte, a partir dos interesses do capital. Desse modo, “as políticas promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias” (Fernandes, 2008, p. 6).

Como resultado tem-se uma disputa territorial entre o capital e o campesinato. De acordo com Fernandes (2008, p. 6) “as propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento”.

Apesar de possuírem objetivos totalmente diferentes, os territórios camponeses e capitalistas disputam o mesmo território nacional e por isso estabelecem uma relação conflituosa. Esse modelo de desenvolvimento além de determinar a organização do espaço geográfico, por meio da produção de territórios, acaba gerando e intensificando conflitualidades que são insolúveis por causa da hegemonia do modo capitalista de produção (Fernandes, 2008).

O território camponês do município de São José de Piranhas - PB caracteriza-se pela valorização e permanência da agricultura familiar. Nesta perspectiva, a maioria dos alimentos que abastecem a população local vem de pequenas propriedades rurais. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017 (apud Silva, 2022), O município dispõe de 1.671 estabelecimentos agropecuários, dos quais as lavouras temporárias dispõem de 1.458 hectares, e são utilizados em sua maioria para a agricultura familiar que produz alimentos como: abóbora, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, fava, feijão, milho, batata doce e tomate.

Esses territórios camponeses são formados, em geral, por pequenas propriedades, destinados ao plantio de policulturas. O manejo é realizado com o uso de ferramentas simples e mão de obra pouco ou nada especializada. Em alguns casos, pode haver o uso de tratores para o preparo da terra, todavia, o que prevalece são os sistemas de broca, onde o agricultor faz a derrubada da mata e a queima. Para a contenção das pragas e ervas daninhas utilizam-se de

agrotóxicos. Vale destacar que os agricultores não fazem uso de adubo ou qualquer tipo de fertilizantes.

É importante assinalar que assim como há diferentes formas de configuração espacial dos territórios rurais, há também modos diferentes de manifestações e apreensões desses territórios, fazendo com que cada um ganhe uma significação única a depender do sujeito que o apreende. Estas formas de sentir o território em sua multidimensionalidade abrem espaço para a territorialização dos espaços e a construção das territorialidades.

3.1. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE ENQUANTO UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

O território contém formas diversas de manifestações e apreensões que ocorrem de maneira individual ou coletiva. A territorialização, portanto, é definida pelo movimento de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais), pois segundo Saraiva, Carrieri e Soares (2014), nenhum processo de territorialização é neutro. As relações sociais não são isentas, pelo contrário, elas possuem intencionalidade e por isso, as configurações espaciais diferenciam-se conforme os grupos sociais que as dominam (Araújo, 2010; Fernandes, 2005; Fischer, 2010 apud Martins; Chagas, 2021).

A territorialização dos espaços representa as contradições e os conflitos das relações sociais, por meio das forças e poderes dos agentes dominantes. Essa ação segrega e determina aqueles que podem e aqueles que não podem frequentar determinados territórios, segregando o espaço através das diferenciações econômicas, políticas e sociais (Carlos, 2007).

Diante disso, a territorialidade pode ser compreendida como a manifestação de um comportamento vivido. Isso inclui os elementos que ancoram as pessoas aos lugares, bem como os que as impulsionam para fora do território (entre o fixo e o móvel; entre o que dá segurança e o que projeta a liberdade (Fuini, 2014). De acordo com essa concepção, o território seria um:

[...] espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações: em sua expressão mais forte, torna-se território-santuário, isto é, um espaço de comunhão com um conjunto de signos e valores. A ideia de território fica associada à ideia de conservação cultural. (Bonnemaison, 2002, p. 111).

Nesta lógica, o território adquire novas significações a depender da cultura própria de cada sujeito ou grupo social, pois “Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (Raffestin, 1993, p. 143). Na concepção de Robert Sack (1986), a territorialidade nos seres humanos é intrínseca e está ligada à forma como as pessoas interagem

social e geograficamente, sendo influenciada pela forma como as pessoas interagem com o ambiente, se organizam no espaço e atribuem significado aos lugares.

Para Raffestin (1993), a territorialidade reflete uma visão abrangente da experiência territorial vivenciada pelos membros de uma comunidade social. Essa dinâmica é moldada pelas relações de poder que se estabelecem. Em resumo, a territorialidade é entendida como um conjunto complexo de relações que surgem ao longo do tempo.

[...] de acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (Raffestin, 1993, p. 158).

Saquet (2007), acrescenta que a territorialidade representa a totalidade da experiência cotidiana: as interações no trabalho, fora dele, com a família, dentre outros. Em outras palavras, ela é multidimensional (Raffestin, 1993).

[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (Haesbaert, 2007, p. 22).

Nessa abordagem, o território adquire uma identidade que não é intrínseca, mas sim construída pela coletividade que habita e o molda. Essa construção ocorre em um processo contínuo, flexível e contraditório, repleto de possibilidades que só se concretizam quando são materializadas no próprio território.

A relação identidade e território surge, neste caso, como indissociáveis, pois representa a identidade cultural de um povo que se encontra enraizado em um determinado território. Assim, a identidade territorial aparece como uma construção social, fruto do processo histórico e construída a partir da subjetividade e da coletividade.

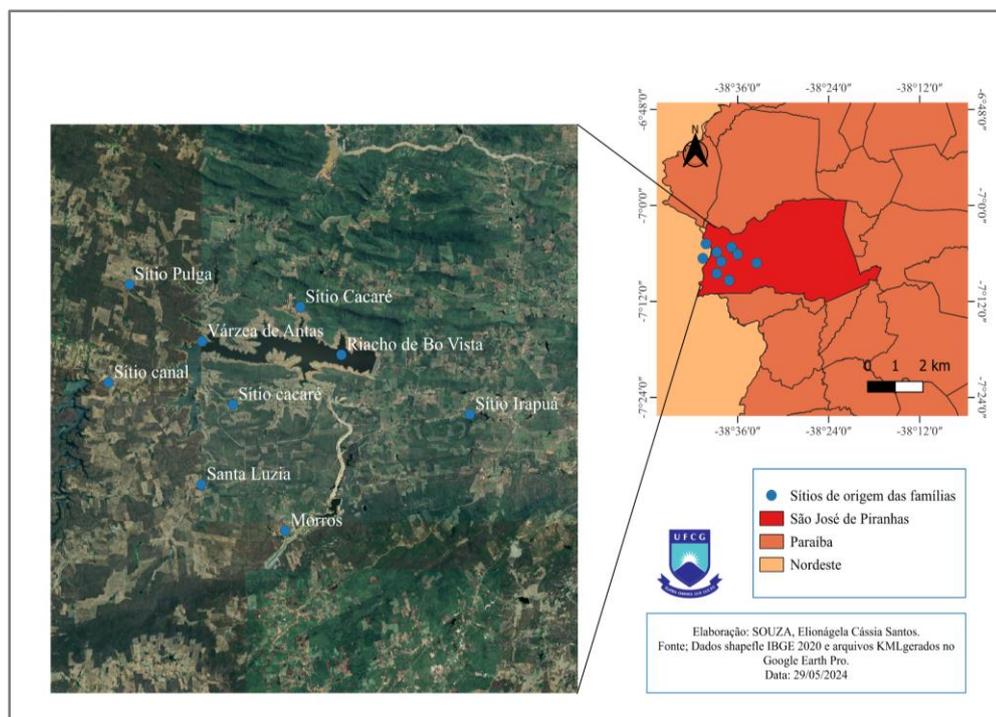
Nesse sentido, é necessário levar em consideração, dentre outros aspectos, os lugares em que a territorialidade se desenvolve e os ritmos que ela implica, sem deixar de considerar aspectos da dinâmica interna e externa ligada a ela (Raffestin, 1993). Todavia, é importante salientar que a territorialidade não se define pela simples relação com o espaço, mas se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais.

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (Saquet, 2007, p. 129).

Para Fischer (1981 apud Mourão; Cavalcante, 2006), na dinâmica relação entre o homem e o meio, surge uma prática espacial que se manifesta através de condutas que alteram o espaço e insere o ser humano no meio. Essa inserção, todavia, não ocorre de forma unilateral. O sujeito exerce influência sobre o meio, provocando mudanças e, simultaneamente, é afetado por ele.

Durante esse processo interativo, o indivíduo deixa sua marca no ambiente ao mesmo tempo em que é moldado por ele. Neste sentido, Pol (1996, p. 50 apud Mourão; Cavalcante, 2006, p. 145), afirma que “as pessoas, individualmente ou de forma coletiva, necessitam identificar territórios como próprios, para construir sua personalidade, estruturar suas cognições e suas relações sociais, e ao mesmo tempo suprir suas necessidades de pertença e de identificação”.

Diante destas considerações surge a preocupação com os indivíduos que saem de maneira involuntária do seu lugar de origem, como é o caso das famílias que foram desapropriadas devido às obras do PISF (mapa 5) e reassentados na VPR Cacaré, desfazendo, assim, as territorialidades inerentes a cada sujeito.

Mapa 6: Local de origem das famílias atingidas pelo PISF

Fonte: elaborado pela autora

A comunidade rural de origem das famílias atingidas pelas obras do PISF, bem como o ano de saída de cada uma são variados, conforme o quadro 1. Isto ocorre justamente pela demanda de espaço livre para execução das diferentes fases do projeto. Logo, a retirada dessas pessoas de suas terras aconteceu aos poucos, de acordo com as tramitações burocráticas e o avanço da obra. Deste modo, a desapropriação das famílias ocorreu logo após o processo de indenizatório.

Quadro 1: Lugares de origem das famílias atingidas pelo PISF

Sítio (espaço rural)	Nº de famílias	Ano de saída
Santa Luzia (São José de Piranhas – PB)	2	2011 – 2016
Morros (São José de Piranhas – PB)	11	2012 - 2016
Riacho de Boa Vista (São José de Piranhas – PB)	12	2010 - 2014
Cacaré (São José de Piranhas – PB)	13	2011 - 2016
Várzea de Antas (São José de Piranhas – PB)	2	2014
Canal (São José de Piranhas – PB)	2	2015
Irapuá (São José de Piranhas – PB)	1	2014
Pulga (Barro – CE)	1	2016

Fonte: dados da pesquisa. Elaborada pela autora (2024).

Conforme observado no quadro acima, as desapropriações ocorrem em um período de 6 anos. Em relação ao local de origem das famílias, constatou-se que das 44 famílias atingidas pelo PISF e que atualmente residem na VPR Cacaré, apenas 1 morava no município do Barro – CE. As outras 43 famílias moravam na zona rural do município de São José de Piranhas – PB.

De acordo com o Programa de Reassentamento (PBA-08), o reassentamento das populações atingidas ocorreu sob diferentes critérios, para tanto foram estabelecidas três modalidades de reassentamento (Brasil, 2023):

- a) **Reassentamento em Áreas Remanescentes:** Trata-se da transferência voluntária das famílias proprietárias de terras para áreas não afetadas da propriedade (remanescentes). O proprietário terá direito à indenização pela parcela de terras e pelas benfeitorias afetadas. Ficará sob a responsabilidade do proprietário a realocação das benfeitorias afetadas, tendo direito a reaproveitar os materiais das benfeitorias indenizadas.
- b) **Auto-Reassentamento:** Às famílias residentes na área a ser desapropriada, cujo valor da indenização de terras e/ou benfeitorias for superior a R\$30.000,00 (trinta mil reais), caberá o auto-reassentamento, tendo um prazo de 90 dias, após o pagamento total da indenização, para realizar a mudança.
- c) **Reassentamento Rural Coletivo:** As famílias proprietárias de terras e/ou benfeitorias e de não proprietárias com benfeitorias que optarem por essa modalidade farão a permuta do valor indenizatório da casa em que residem pelo reassentamento.

Os sujeitos entrevistados durante esta pesquisa se enquadram nesta última modalidade de reassentamento. As famílias foram reassentadas na chamada Vila Produtiva Rural Cacaré, composta por núcleos habitacionais, divididos em lotes residenciais e lotes produtivos individuais. O lote residencial é formado por uma área de 100m x 50m, onde foi construída uma casa de 60m². Já o lote produtivo é composto pela terra de sequeiro⁶ (2,5 hectares) e a área irrigada (1500m²) (Brasil, 2023). É importante salientar que a área destinada a irrigação ainda não há previsão de entrega segundo os moradores.

Para as despesas básicas cada família foi contemplada com a Verba de manutenção temporária (VMT), no valor de um salário mínimo e meio. Todavia, de acordo com uma das entrevistadas este valor foi diminuído e hoje equivale apenas a um salário mínimo. Diante dessas ponderações nota-se que o processo de territorialização intrínseco à própria construção

⁶ A expressão “sequeiro” deriva da palavra seco, assim terras de sequeiro são propriedade destinadas ao cultivo de espécies que não necessitem de irrigação, podendo suportar os períodos de estiagem entre uma chuva e outra.

da identidade territorial de cada sujeito foi significativamente afetado pela execução do PISF, megaprojeto de desenvolvimento cujos objetivos vão além da ideia de transpor as águas do rio São Francisco. Os impactos de grandes obras podem ser sentidos em todos os âmbitos da sociedade, todavia, é de interesse desta pesquisa analisar estes impactos nas comunidades rurais de São José de Piranhas.

3.2. O IMPACTO DE GRANDES OBRAS EM COMUNIDADES RURAIS

No Brasil a realização de grandes projetos de infraestrutura hídrica é fomentada e justificada por uma visão desenvolvimentista, apoiada na dinâmica do modo capitalista de produção que visa difundir um discurso positivista a respeito da implementação de novos projetos. Esses discursos, são sustentados pela ideia de geração de empregos diretos e indiretos, que de certa forma contribui para o crescimento econômico da região em que a obra foi implantada

Na sociedade contemporânea, tem se verificado a partir das últimas décadas uma preocupação com os impactos negativos causados por grandes projetos. Indiscutivelmente, grandes obras em comunidades rurais provocam grandes impactos, alterando o modo de viver de milhares de pessoas. Segundo Vainer (1992, p. 34), estes projetos:

São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

Neste sentido, o PISF pode ser entendido como um megaprojeto de desenvolvimento, que além de ocupar grandes extensões territoriais, afeta de maneira significativa o local que é implantada as suas obras, modificando drasticamente a configuração ambiental, econômica e, principalmente, social. Contudo, as consequências sociais e ambientais dessas intervenções são consideradas externalidades.

Os efeitos colaterais dos projetos de infraestrutura hídrica são vistos como problemas simples e fáceis de serem resolvidos por meio de programas de mitigação e de compensação (Zhouri, Laschefski e Paiva, 2005). Essa noção, todavia, é equivocada pois as medidas compensatórias nem sempre são suficientes para erradicar os danos causados.

Evidentemente o quadro de Programa Básico Ambiental (anexo), apresenta algumas das medidas encontradas pelos órgãos responsáveis para amenizar as perdas da população atingida.

Entretanto, durante esta pesquisa ficou evidente que alguns impactos não puderam ser evitados, principalmente quando se trata da ruptura das relações sociais e afetivas causadas pelos processos de desterritorialização e reterritorialização.

Estes processos são indissociáveis, visto que a desterritorialização antecede o reterritorialização. Neste sentido, entende-se por desterritorialização o movimento pelo qual o indivíduo abandona seu território, seja de maneira espontânea ou de maneira forçada. Já o movimento de reterritorialização diz respeito à construção do território (Deleuze; Guattari, 1997 apud Haesbaert, 2007).

Esses movimentos involuntários provocaram a ruptura das relações sociocomunitárias e, conseqüentemente, a perda dos laços afetivos. Assim como declarou uma moradora da VPR Cacaré: *“Foi ruim, quando eu cheguei aqui eu passei uma semana chorando, com vontade de voltar para trás. Eu me sentia melhor lá, eu nasci e me criei lá, nunca tinha saído pra lugar nenhum”* (Mulher, agricultora, 42 anos).

A fala desta entrevistada vai de encontro com o problema norteador desta pesquisa e que causa tamanha preocupação. Cabe aqui, portanto, a investigação detalhada da real situação em que as famílias piranhenses estavam inseridas antes da chegada do PISF, como viviam os moradores e quais eram as condições de trabalho. Estas são algumas das questões que esta pesquisa procura analisar.

3.3. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DOS AGRICULTORES ANTES DO PISF

O espaço rural brasileiro é caracterizado por sua heterogeneidade, apresentando diferentes formas e organização espacial. A partir dessa heterogeneidade pode-se classificar o rural de duas maneiras distintas. O rural moderno, marcado pela predominância de médias e grandes propriedades, uso intensivo de máquinas e equipamentos tecnológicos para atender a indústria do agronegócio (Oliveira, 2001). E o rural tradicional, onde predominam pequenas propriedades, voltada para a agricultura familiar, uso intensivo de mão de obra e com produção voltada para o consumo e venda apenas do excedente (Silva 1999; Maluf 2003; Carneiro 2012 apud Sales; Rodrigues, 2019).

A diferente configuração do espaço rural ocorre devido a influência direta do capitalismo, ditada pela necessidade do aumento da produção agrícola para suprir as demandas internas e externas. O Brasil é um país exportador de produtos primários e de origem agrícola, havendo assim a necessidade de grandes latifúndios para comportar a produção desejada. Diante desta realidade, verifica-se uma disputa entre a burguesia latifundiária, preocupada com

a produção para o agronegócio e os pequenos produtores rurais, com vistas à produção de subsistência.

[...] o capitalismo, como condição de sua expansão, procura subordinar a agricultura aos imediatos desejos do capital, reconstruindo uma relação social no campo que permita a permanência da propriedade privada da terra, divorciando-a do uso exclusivo para a consumação do trabalho, ao tempo em que a explora, diretamente, sob o regime de assalariamento ou coexiste, ora conflitando, ora compactuando com o proprietário fundiário, que exige o pagamento de um tributo para o uso da terra (Lima, 2009, p. 105).

A heterogeneidade dos espaços rurais pode ser facilmente explicada pelas características geográficas, econômicas ou simplesmente pelas formas de vida estabelecidas. Neste cenário, coexistem grandes latifúndios voltados para a produção industrial capitalista e pequenas propriedades cultivadas por agricultores e suas famílias, que em muitos casos não possuem o título das terras e trabalhavam como arrendatários ou meeiros.

Os contratos de arrendamento são recorrentes no Brasil, visto que há uma concentração de terras nas mãos de uma pequena elite. Neste sentido, os camponeses desprovidos de terras para cultivo são obrigados a firmar uma espécie de contrato de arrendamento com o dono da terra. O arrendatário consiste na pessoa ou grupo familiar que recebe ou toma por aluguel as terras de terceiros. Já o arrendador é aquele que disponibiliza suas terras para terceiros (Brasil, 1985 apud Guedes; Cazella, 2018). Diferente dos arrendatários, os meeiros são aqueles agricultores que trabalham em terras de terceiros e dividem seus rendimentos com o dono das terras.

Essa heterogeneidade rural também pode ser sentida pelas famílias que hoje vivem na VPR Cacaré. Famílias estas que antes ocupavam comunidades rurais distintas e que possuíam especificidades em suas formas de vida. Como reflexo desse desenvolvimento desigual e combinado no campo evidencia-se a situação de um campesinato que arrendava terra, isto é, que não possui a sua própria terra para plantio, mas que vive da agricultura familiar (Oliveira, 2002). Muitas vezes eram os antigos moradores de condição, prática comum nos sertões (Moreira e Targino, 1997) e que hoje tem a sua mão de obra descartada, sendo obrigado assim a arrendar terras de terceiros para resistir enquanto camponês.

De acordo com Martins (1988), a compreensão sociológica das lutas populares no campo é fomentada pela propriedade da terra, o direito que a sustenta e o uso que ela se faz. Nas palavras deste autor:

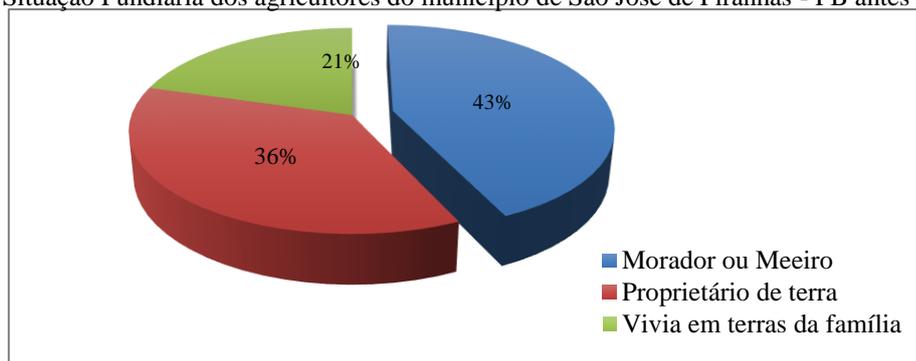
[...] a forma assumida pela propriedade territorial “amarra” relações sociais, organiza relações de classes, sustenta relações econômicas e relações políticas, edifica uma determinada estrutura de poder, alimenta relações de dominação, define limites para a participação democrática das diferentes classes sociais, particularmente das classes trabalhadoras.

Diante desta deplorável realidade tem-se a compreensão de que a estrutura e do Brasil são sustentadas pela propriedade da Terra, ao passo que esmagam as classes trabalhadores e menosprezam as pelas pela terra.

A partir da análise e interpretação de dados coletados durante essa pesquisa junto à comunidade da VPR Cacaré, pôde-se verificar que a situação dessas famílias rurais antes do processo de desterritorialização segue a realidade destacada acima. Assim, quase metade dos agricultores e suas respectivas famílias (gráfico 1) estavam sujeitos a trabalhar em terras de terceiros e viver uma situação precária de trabalho. Aqueles que não se submetiam a esta situação viviam em terras que eram de alguém da família ou possuía uma pequena propriedade.

De acordo com um dos moradores entrevistados a situação de trabalho e moradia era precária: *“Nós morava no que era dos outros, tudo que você trabalhava era dos outros... hoje não, hoje nós trabalha no que é nosso”* (homem, agricultor, 33 anos). Esse mesmo sentimento é compartilhado por outros moradores: *“A gente morava em cima do que era dos outro”* (mulher, agricultora, 53 anos). *“Nessa época era de meia, trabalhei muito tempo... pra minha casa, pro patrão e pra bodega”* (homem, agricultor aposentado, 77 anos).

Gráfico 1: Situação Fundiária dos agricultores do município de São José de Piranhas - PB antes do PISF



Fonte: dados da Pesquisa. Elaborado pela autora (2024)

A situação de moradia e trabalho daqueles que viviam em terras de terceiros (64%) era consideravelmente difícil, pois o pouco que plantavam tinham que dividir com o proprietário da terra. Nas palavras de um dos entrevistados: *“Era um lugar bom, calmo..., mas era sofredor”* (homem, agricultor, 44 anos).

Havia ainda os agricultores que além de serem meeiros eram também moradores, ou seja, morava com a família em uma casa cujo proprietário era o dono da respectiva terra em que trabalhava. Este tipo de condição foi definido por Moreira e Targino (1996), como morador de condição.

Os moradores de condição ou cambãozeiros são camponeses sem terra que recebem do proprietário fundiário a autorização de habitar na propriedade, ocupar um pedaço de terra e nele cultivar uma roça, para tanto são obrigados a prestar serviços gratuitos ao patrão (Moreira; Targino, 1997). Nestes casos, verifica-se que a velha e atual relação de morador de condição, uma relação não capitalista de produção que muitos acreditam que já acabou no campo, continua viva no Nordeste e define os meios de vida e trabalho de muitos camponeses.

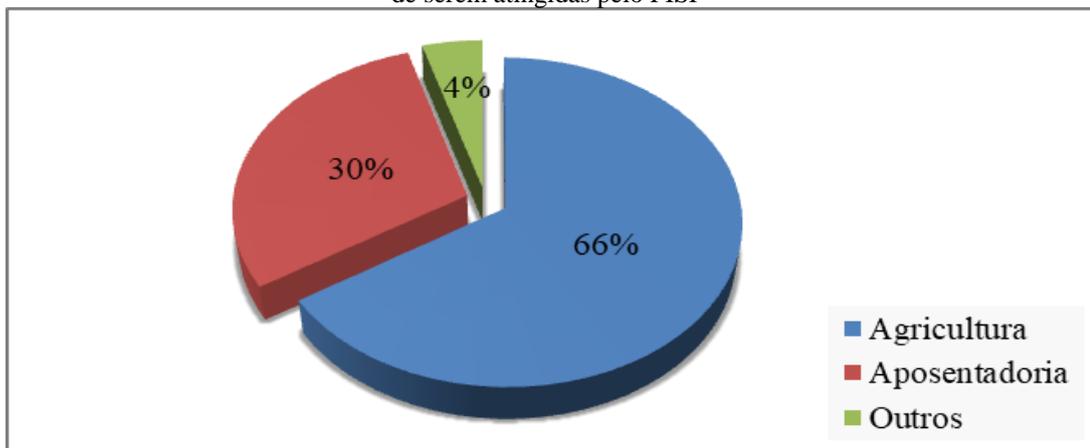
Antes da desapropriação/desterritorialização de suas terras esses agricultores se dedicavam exclusivamente à agricultura familiar, pois era de onde retiravam o principal sustento de suas famílias. Deste modo, aproximadamente 66% dos entrevistados revelaram que a agricultura se configurava como a principal fonte de renda da família, sendo o bolsa família⁷ apenas um complemento. Para além da agricultura familiar, estes sujeitos mencionaram também que dedicaram por um longo período ao corte-de-cana⁸. Os outros 34% foi constituído por agricultores aposentados e por aqueles que praticavam outras atividades, sendo a agricultura uma atividade secundária.

No que se refere à produção de alimentos, verificou-se que antes de serem atingidos pelas obras da transposição, que os agricultores se dedicavam ao plantio de diferentes grãos, sendo o feijão e o milho os mais cultivados, ambos atingindo o percentual de 37%. As demais espécies vegetais (arroz, fava, amendoim, gergelim e algodão), não demonstraram ser de grande interesse o seu cultivo, já que a soma de todos foi de 26% (gráfico 3).

⁷ Programa do Governo Federal de transferência de renda para as famílias em situação de pobreza.

⁸ Prática em que o trabalhador precisa migrar para outro estado – São Paulo é o principal receptor destes trabalhadores - durante o período de safra da cana-de-açúcar. Uma vez estabelecido, o trabalhador se dedica ao corte da cana, que será posteriormente processado. Após o término do período de safra, o trabalhador retorna ao seu local de origem.

Gráfico 2: Principal fonte de renda das famílias camponesas de São José de Piranhas – PB antes de serem atingidas pelo PISF

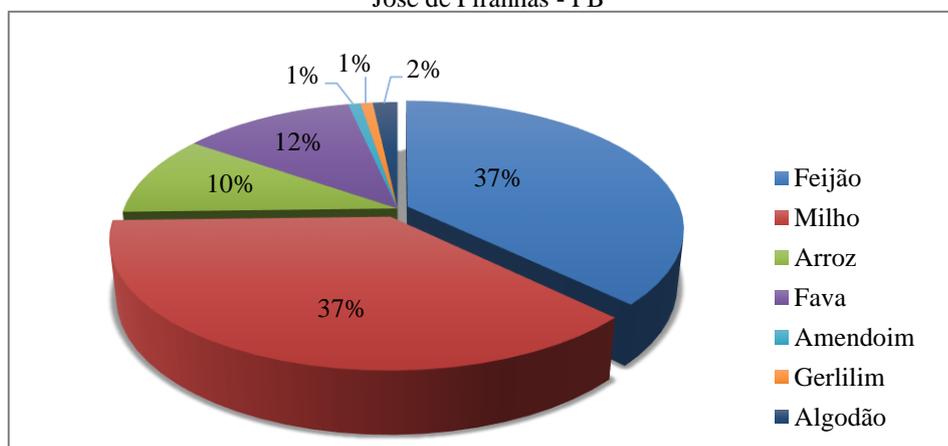


Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora (2024)

A prática de armazenamento dos grãos após a colheita era comum entre os agricultores entrevistados. Desta maneira, os alimentos são devidamente armazenados em silos ou recipiente equivalente e utilizados para o consumo próprio da família, sendo apenas o excedente comercializado. Isto garantia que as famílias não precisassem se preocupar com a falta de mantimentos durante um período significativo.

Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora (2024).

Gráfico 3: Principais grãos cultivados pelos agricultores do município de São José de Piranhas - PB



A atividade pecuarista também era realizada para atender as demandas da família. Assim, a criação de animais (galinha, porco, vaca, ovelhas e bodes/cabras) era destinada para o consumo próprio, sendo vendidos alguns apenas em casos específicos, conforme afirma uma das entrevistadas: “Criava só pra comer” (mulher agricultora, 53 anos).

Diante desses dados, foi possível entender a real importância da agricultura familiar, principalmente quando se trata da população de baixa renda. As adversidades enfrentadas por estas famílias durante o trajeto até se fixarem definitivamente na VPR Cacaré não foram poucas,

pois o desterritorializar e conseqüentemente reterritorializar, envolve questões subjetivas, que só podem ser verdadeiramente entendidas a partir da dimensionalidade desses processos, ou seja, a partir das múltiplas e complexas relações existentes entre as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais.

Objetivando compreender os efeitos provocados pela desterritorialização sob as formas de vida da população rural piranhense, será realizado no próximo capítulo uma breve contextualização do tema, tentando problematiza-lo e ao mesmo tempo compreender os seus possíveis desdobramentos.

4. A DESTERRITORIALIZAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS

O processo de desterritorialização encontra-se intrinsecamente ligado à própria noção de território. Compreender este processo é, portanto, partir de uma análise da organização territorial, tendo como foco as relações sociais e os paradigmas enfrentados pela população desterritorializada. É importante destacar que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis, conforme destaca Haesbaert (2007). Logo, se há um movimento de desterritorialização, haverá também um movimento de reterritorialização.

Desterritorialização, portanto, [...] é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização. (Haesbert, 2006, p. 67).

A desterritorialização é muito mais do que a simples saída do território, pois impacta diretamente a sociedade, configurando-se como um fenômeno negativo e excludente. Falar da desterritorialização envolve, paralelamente, o processo de reterritorialização. Para tanto, é preciso entender que este segundo é o “movimento de construção do território” (Deleuze E Guattari, 1997, p. 224 apud Haesbaert, 2007, p. 127), ou seja, é a ocupação de um novo território.

De maneira simplificada, pode-se afirmar que “a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território” (Deleuze E Guattari, 1997, p. 224 apud Haesbaert, 2007, p. 127). Não se trata, portanto, de um movimento espontâneo, pelo contrário, o indivíduo é obrigado a sair do seu lugar de origem sendo ditado por forças externas. Em casos como este estudado, comunidades inteiras podem ser atingidas pelas obras de um megaprojeto de desenvolvimento.

De acordo com Harvey (2003, pp. 137-182 apud Fernandes, 2008) “A expansão do capitalismo desterritorializa outras relações sociais e extermina relações não capitalistas por meio do que definiu como acumulação pela espoliação”. Esta acumulação segundo o autor, ocorre a partir da destruição de postos de trabalho, precariedade das relações de trabalho e destruição dos territórios camponeses e indígenas. O caso das famílias que foram reterritorializadas na VPR Cacaré, é um bom exemplo deste movimento forçado de

desterritorialização, pois os indivíduos foram obrigados a deixar seu lugar de origem, juntamente com suas raízes.

Esse processo de desterritorialização e, por conseguinte, reterritorialização, traz consigo uma série de conflitos e inconformidades. A depender dos agentes territoriais e da forma como estes se apropriam de determinado território, a desterritorialização apresenta-se como um processo extremamente excludente, conforme destaca Haesbaert (2006, p. 67):

Desterritorialização, antes de significar desmaterialização, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de “exclusão”, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização.

O modo de vida da população do campo reflete a sua cultura e seus costumes, como a própria agricultura e o trabalho em geral com a terra, representando a multidimensionalidade dos seus territórios. Deixar de lado estes elementos, estas dimensões, como a agricultura, é a negação da recriação da sua própria forma de vida.

De fato, sair do seu lugar de origem é uma tarefa difícil e acarreta uma ruptura dos laços afetivos, dos costumes e da cultura enraizada. Assim, para compreender como tais processos afetaram a vida da população do campo foi de suma importância ouvir a história de cada um, se atentando aos detalhes.

A partir de então, foi possível entender que a desterritorialização inerente ao processo de desapropriação, provocou um misto de sentimentos negativos e positivos, que ora se mesclam ora se sobrepõem. Um dos moradores declarou que o processo foi para ele doentio, chegando ao ponto de adquirir problemas psicológicos: “*Eu peguei uma depressão quase morro, foi obrigado fazer tratamento*” (homem, agricultor, 53 anos), Essa mesma pessoa, relatou que ainda frequenta o lugar onde morava para tentar amenizar a saudade que sente.

Eu ando lá toda semana... minha casa hoje tem 50 metros cobrindo ela... os camizim que eu ia deixar o gado, as cercas que eu ajeitava tá tudo lá ainda, eu daria tudo, eu perdia isso aqui tudo pra voltar pra lá... quando é de tarde que eu fico olhando dá uma saudade da mulesta. Quando era 4hrs eu subia pra buscar o gado, dá uma saudade. É ruim, dá um trancão⁹ no caba, o caba fica logo sem assunto, é ruim demais.

⁹ Sentimento que provoca sensação de aperto forte no coração.

Esse mesmo sentimento é compartilhado por outros moradores da VPR. Uma das entrevistadas afirmou que se sente *“um pouquim triste, se fosse pra voltar pra lá em voltava”* (mulher, agricultora, 39 ANOS). Qualquer processo que demande mudanças significativas inevitavelmente acarreta consequências, com a desterritorialização não é diferente.

Durante este movimento houve resistências e lutas por parte da população atingida, havendo inclusive aqueles que se negaram até certo ponto, sair do seu local de moradia e passar a residir na VPR, conforme mencionado por uma das entrevistadas: *“Pra mim foi um choque tão grande, porque eu ter que deixar o que é meu lá, pra morar a favor até receber aqui... até que eu nem a sair, o pessoal foi ainda 3 vez na minha casa pra na quarta vez eu aceitar”* (mulher, agricultora, 46 anos).

O diagnóstico das perdas ocorridas durante o processo de desterritorialização, principalmente a perda das territorialidades, devem ser consideradas durante o processo de reterritorialização. Daí destaca-se a importância de estudos como estes que buscam realizar um levantamento dos impactos causados e as falhas de projetos nacionais. No próximo tópico será explorado com mais detalhe as consequências do PISF e as disparidades encontradas.

4.1. O PROCESSO DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS MORADORES DA VPR CACARÉ

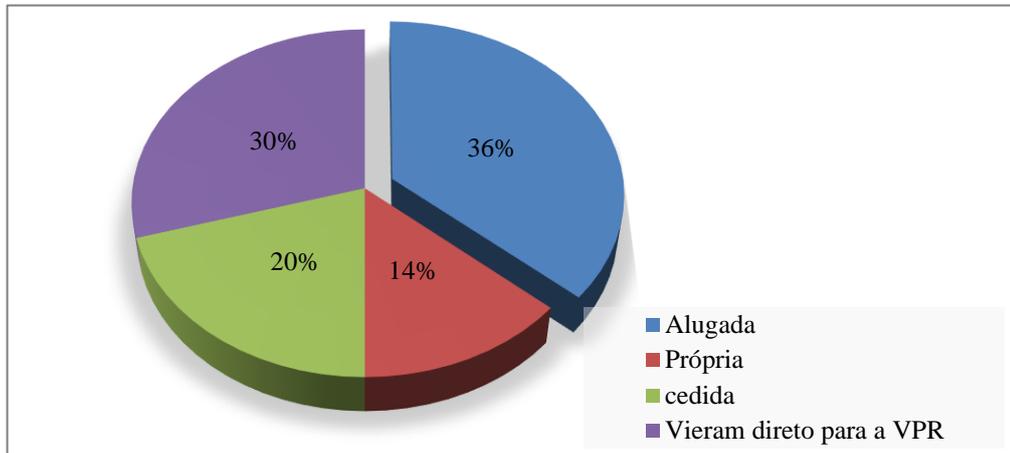
O território e sua íntima relação com a formação da identidade socioespacial, em decorrência do PISF, trouxe impactos à comunidade local, que sofreu uma ruptura em termos territoriais. Diante dessa ruptura, houve uma perda significativa tanto material quanto simbólico, envolvendo os laços construídos ao longo do processo de formação das comunidades rurais. Neste sentido, Bezerra (2022, p. 45), afirma que:

Desalojados de seus lugares de afeto e de memórias, tudo passa a ser novo e estranho, pois foram condenados a uma situação de “anomia” (fenômeno que se revela, diante da gigantesca destruição das referências territoriais, paisagísticas e afetivas de pessoas e famílias desterritorializadas).

Dessa forma, quando uma população passa por um processo de desterritorialização, as consequências vão muito além das perdas físicas e/ou materiais, interferindo em toda a dinâmica de uma comunidade. No caso das famílias que hoje ocupam a VPR Cacaré depois de passado o período de desapropriações, elas foram obrigadas a migrar para outras localidades temporárias para esperar a construção da VPR (gráfico 4). Durante esse tempo, as famílias viviam em casas alugadas (36%), em casas cedidas por parentes ou amigos (20%), ou ainda,

representando apenas 14%, em casas próprias, compradas na sua grande maioria com ajuda da VMT.

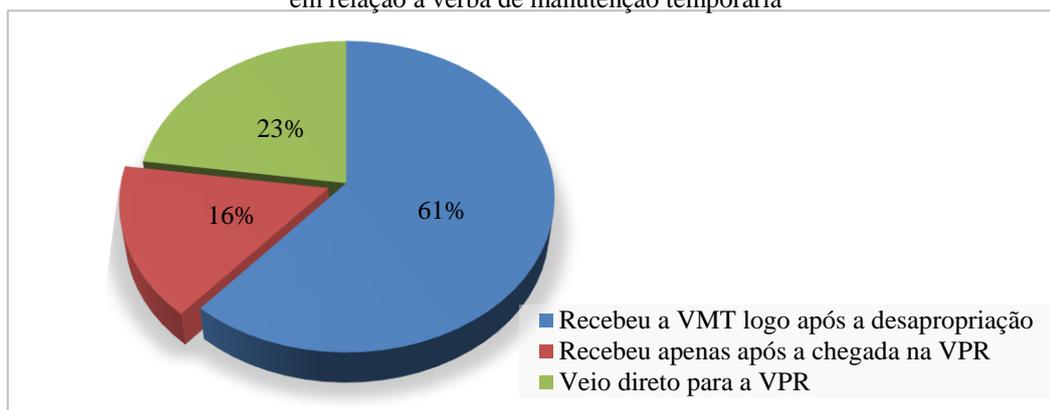
Gráfico 4: Situação de moradia das famílias durante o período de espera das casas na VPR Cacaré, São José de Piranhas - PB



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora (2024).

Essa fase de transição entre o processo de desterritorialização e reterritorialização na VPR foi para muitos, um período desagradável. Para aqueles que começaram a receber a VMT logo após a desapropriação (61%), o custo com as despesas mensais não foi um problema. Porém para aqueles que só começaram a receber a verba após a chegada na VPR (16%), esse período de espera foi consideravelmente difícil.

Gráfico 5: Situação das famílias atingidas pelo PISF no município de São José de Piranhas - PB em relação à verba de manutenção temporária



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Durante este intervalo de tempo a VTM configurou-se como a principal fonte de mais da metade da população. A agricultura antes caracterizada pela principal atividade desenvolvida e, conseqüente, responsável pela geração de renda de cerca de 66% das famílias, nesta nova

perdeu espaço visto que a maioria das famílias passaram a residir na zona urbana ou em territórios que não permitiam o trabalho no campo.

Isso revela a quebra dos traços culturais e a desvinculação com atividades do campo durante o processo de desterritorialização. Talvez, este tenha sido um dos impactos mais sentidos pelos agricultores, deixar a prática do cultivo e passar a ocupar outros lugares e exercer novas funções.

Além das perdas materiais e imateriais já mencionadas, outro impacto relevante foi a total destruição do sítio Riacho de Boa Vista (São José de Piranhas - PB), principal território atingido pelas obras do PISF. Esta comunidade rural, teve uma perda incalculável em relação a sua territorialidade e cultura. A agricultura, principal atividade desenvolvida foi extinta da vida de muitas famílias. Deste modo, as riquezas produzidas por essas famílias que viviam da agricultura familiar foram igualmente destruídas. Hoje, todas as terras do sítio, encontram-se encobertas pelas águas da Barragem de Boa Vista, maior reservatório de água do projeto, com capacidade de 260 milhões de metros cúbicos (Brasil, 2022).

Como visto, o cenário de perdas atingiu níveis consideráveis. O modo como cada pessoa lidou com esse processo, fez com que esses efeitos fossem sentidos de maneira subjetiva. Todavia, isso não significa dizer que não houve impactos sobre as formas de vida dessas comunidades, já que foram obrigados a passar por um demorado e intenso processo de reterritorialização e construção de novas territorialidades.

5. RETERRITORIALIZAÇÃO: O INÍCIO DE UM NOVO CICLO

Como já mencionado, os processos de desterritorialização e reterritorialização estão imbricados. Em vista disso, “a reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” (Guattari; Ronilk, 2010, p. 388).

Segundo Haesbaert (2007), o processo de reterritorialização é uma resposta dinâmica às mudanças globais que desafiam a noção de desaparecimento absoluto dos espaços num contexto de globalização. Neste cenário, a reterritorialização representa uma reconfiguração das relações espaciais, identitária e de poder. A reterritorialização é um fenômeno complexo que ocorre em resposta às mudanças sociais, econômicas e políticas, ou seja, representa a reorganização e a ressignificação de territórios que podem ocorrer em diversos níveis e escalas.

O processo de reterritorialização das famílias atingidas pelo PISF reassentadas na VPR Cacaré, ocorreu de maneira coordenada, ou seja, todas as famílias chegaram na vila produtiva ao mesmo tempo, em julho de 2016. Conforme o relato dos moradores eles tinham um curto período para realizar a mudança e se instalar no novo território.

Para auxiliar os moradores com as mudanças, foram disponibilizados caminhões e equipes para realizar o carregamento e descarregamento dos bens materiais: “*E eles ainda dava um caminhão, pra levar a mudança e acompanhava, pra carregar e descarregar tinha os funcionários*” (Homem, agricultor aposentado, 69 anos). É importante destacar que nem todos os moradores solicitaram a ajuda oferecida, pois preferiram realizar a mudança com recursos próprios.

Este movimento de reterritorialização fez surgir novas demandas, principalmente no que diz respeito ao reassentamento das populações atingidas. Para tanto, foi necessário a criação do Projeto Básico Ambiental (PBA), o qual traz em suas entrelinhas programas com fins específicos. Dentre esses programas, destaca-se o PBA-08, cujo objetivo é o reassentamento de populações em condições devidamente favoráveis.

5.1. O PROJETO DE REASSENTAMENTO (PBA-08)

Como toda obra de infraestrutura hídrica, o PISF trouxe alterações socioambientais em todo seu percurso, por esta razão foi extremamente necessária a elaboração do Projeto Básico Ambiental (PBA), documento que traz em seu interior uma série de medidas mitigadoras, compensatórias, de monitoramento e controle ambiental. O PBA foi subdividido em 36 projetos

com seus objetivos definidos (apêndice B). No entanto, nesse estudo o foco será o PBA-08, cujo objetivo é:

Propiciar às famílias afetadas participantes do processo de reassentamento, condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo, similar à atual. Além disso, o programa deve possibilitar a qualidade de vida das famílias reassentadas por meio da implantação de infraestrutura de saneamento básico, viária e de apoio, à produção, de serviços de educação, saúde e comunitários (BRASIL, 2005, p. 4).

Desta maneira, para tentar compensar as centenas de agricultores (as) desapropriados de suas terras, construíram e transferiram de forma compulsória as famílias atingidas pelas obras do PISF para as Vilas Produtivas Rurais (VPR's), habitações construídas pelo Governo Federal.

O Cadastro Fundiário e a Pesquisa Socioeconômica, realizados durante a fase de implementação do Projeto Básico Ambiental revelou que foram afetadas pelo projeto, parcial ou totalmente, 1.889 propriedades rurais, onde residem, nas áreas a serem desapropriadas, 273 famílias proprietárias e 572 famílias não proprietárias, totalizando 845 famílias (Brasil, 2005).

A necessidade de deslocamento compulsório dessa população, para cuja sobrevivência têm grande importância os laços de parentesco e culturais presentes em seus locais de moradia, e que apresentam alta vulnerabilidade diante de processos de mudança em função das baixas escolaridade e capacitação profissional e do tenuous vínculo com o mercado, impõe a adoção de uma estratégia de reassentamento que seja, ao mesmo tempo, adequada às suas características socioeconômicas e culturais e garantia de condições e perspectivas melhores do que as que têm atualmente (Brasil, 2005, p. 3-4).

Diante disso, nota-se que o reassentamento é por sua essência um processo complexo que envolve as necessidades e os anseios da população. Todavia, vale salientar que o PISF acarreta inúmeros impactos sociais negativos, conforme menciona Domingues (2016, p. 31).

A dominação dos territórios camponeses por este projeto expulsa as populações tradicionais de suas terras; destrói referenciais materiais e simbólicos, vinculados ao lugar; rompe dinâmicas comunitárias e forçam um processo de (re)territorialização em um novo lugar imposto, muitas vezes com referências nada similares ao lugar de origem.

Diferente do que propôs o PBA 08, verifica-se que é totalmente impossível assegurar que a população viverá nas mesmas condições que viviam antes de serem desterritorializados, já que houve a quebra dos referenciais simbólicos e culturais. Além disso, o processo de

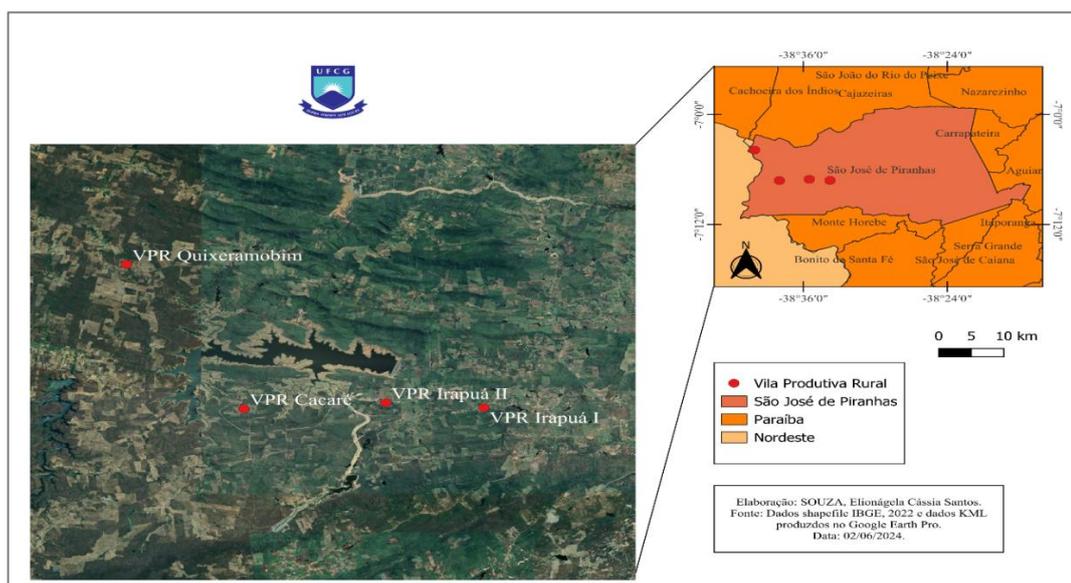
reterritorialização em novos locais, muitas vezes implica em desafios adicionais, pois as comunidades se veem obrigadas a se adaptar a ambientes desconhecidos e em alguns casos hostis, com poucas semelhanças com seu lugar de origem.

5.2. A VILA PRODUTIVA RURAL CACARÉ

As Vilas Produtivas Rurais (VPR's) configuram-se como [...] “áreas rurais adquiridas pela União dotadas de infraestrutura comunitária e de produção, destinadas ao reassentamento das famílias residentes na faixa de obra que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo empreendedor” (Brasil, 2005, p. 3).

A construção do Eixo Norte do PISF acarretou inúmeras transformações espaciais e sociais em São José de Piranhas, pois grande parte territorial foi desapropriada e devastada para a construção de túneis, barragens, canteiros de obras e quatro VPR's (mapa 7): Quixeramobim (47 casas), Irapuá I (30 casas), Irapuá II (20 casas) e Cacaré (120 casas). As VPR's foram construídas segundo uma estrutura pré-definida: Setor Residencial: composto de lotes residenciais; Setor Produtivo: composto de área subdividida, destinada à agricultura de sequeiro, agricultura irrigada e desenvolvimento da pecuária; Áreas Comuns a todos os moradores: 01 escola, 01 posto de saúde, 01 prédio para funcionamento da associação comunitária, área de lazer, áreas previstas para comércio, templo religioso e áreas de expansão; Áreas de Preservação Permanente – APP; Áreas de Reserva Legal – ARL.

Mapa 7: Localização das VPR's no município de São José de Piranhas-PB

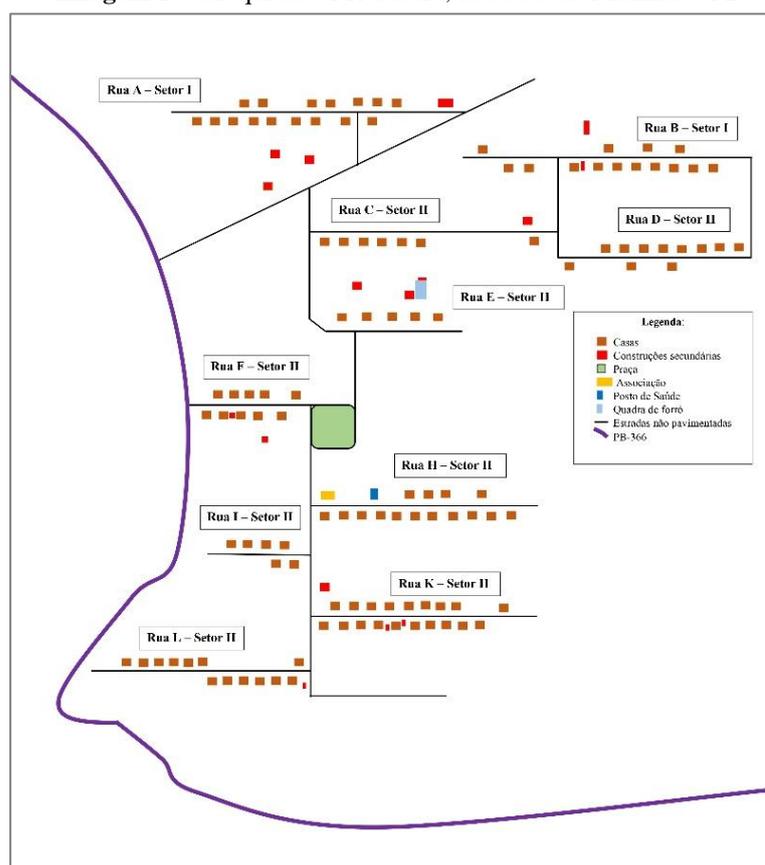


Fonte: elaborado pela autora (2024).

A VPR Cacaré está localizada na zona rural do município de São José de Piranhas-PB, eixo Norte do PISF. O acesso à vila se dá pela PB 366, saindo de São José de Piranhas-PB em direção ao estado do Ceará. Inicialmente o nome desta vila era Jurema, passando posteriormente a ser alterado para Cacaré, pois a maior área construída da vila coincidiu com o Sítio Cacaré que existia antes das desapropriações (Nogueira, 2018).

O Ministério de Integração Nacional (MIN) iniciou a construção da VPR Cacaré por meio do Consórcio Vilas Rurais (CVR) no ano de 2014, após seis anos da chegada das obras do PISF na área. Todavia, sua inauguração ocorreu apenas em 2016 (Ismael, 2022). No que se refere a configuração territorial a VPR a vila foi dividida em 10 ruas (A, B, C, D, E, F, H, I, K e L), conforme o croqui abaixo:

Imagem 10: Croqui da VPR Cacaré, São José de Piranhas – PB



Fonte: elaborado pela autora (2024).

A VPR Cacaré possui 120 casas originais do PBA-08, divididas em dois setores (Fotos 1 e 2). Sua área total é de 1.484 hectares (ha), distribuídos em um lote residencial, um lote produtivo e áreas de proteção ambiental (Ismael, 2022).

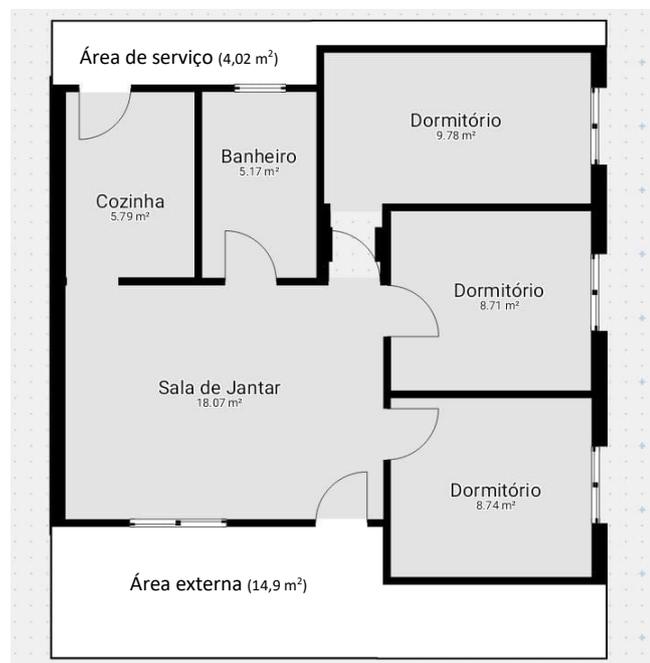
Foto 41: VPR Cacaré - Setor I

Fonte: arquivo da autora (2024).

Foto 21: VPR Cacaré - Setor II

Fonte: arquivo da autora (2024).

No lote residencial cada família detém a posse de terreno de 50m x 100m, composto por uma casa de alvenaria de 60m² (Foto 3). As casas foram construídas seguindo o mesmo padrão (imagem 2), a única diferença está nas casas onde residem pessoas idosas ou com algum tipo de deficiência física, nestes casos as casas contam com alguns equipamentos simples como rampa de acesso e barras de apoio (apenas no banheiro).

Imagem 19: Planta baixa das casas da VPR Cacaré

Fonte: criada pela autora com ajuda de um dos moradores da VPR (2024).

É válido pontuar que a maioria dos moradores realizaram mudanças em suas casas conforme suas necessidades, construindo assim outros cômodos como cozinhas, despensas e alpendres (Foto 4).

Foto 54: Casa original do PBA - 08

Fonte: arquivo da autora (2024).

Foto 63: Casa da VPR Cacaré pós reforma

Fonte: arquivo da autora (2024).

De acordo com informações fornecidas pela parcela da população entrevistada, há uma diferença significativa no tamanho dos lotes produtivos, com terras (sequeiro) que variam ente 18 e 22 tarefas¹⁰. Os moradores relataram ainda que não entendem o motivo da diferença de tamanho das terras, já que teoricamente todos possuem o mesmo direito.

O abastecimento hídrico da VPR foi inicialmente mantido pela água de um poço artesiano com vazão média de 1.600 l/h, perfurado com recursos do MIN por intermédio das empresas contratadas pelo CVRs (Ismael, 2022). No entanto, passados alguns meses verificou-se que a água do poço era insuficiente para abastecer todas as casas. A partir de então, surgiram os problemas e conflitos hídricos, contradizendo os objetivos descritos no projeto, segundo o qual os moradores teriam água de qualidade para suprir suas necessidades.

Para tentar resolver este problema a empresa do CVR responsável realizou contratos com empresas de carros-pipa. Assim, em dias alternados cada família recebia em média 500 litros de água (Ismael, 2022). Deste modo, o abastecimento passou a ser mantido pela água do poço e pela água trazida em carros-pipa. Porém, o problema relacionado a oferta hídrica persistia, já que a vazão era menor que a demanda.

Em contrapartida, os moradores se reuniram através da associação para reivindicar durante reuniões com representantes do MIN a autorização para a construção de uma adutora para a captação de água do Reservatório Boa Vista (Foto 5), que fica a 7 km de distância da vila (Ismael, 2022). Entretanto, os moradores só começaram a utilizar a água do reservatório depois do acúmulo das águas das chuvas dos anos 2017 e 2018, pois em 2016 o reservatório não tinha água suficiente e estava em seu volume morto (Ismael, 2022). Além do uso da água

¹⁰ 1 tarefa de terra equivale a 250m².

do reservatório Boa Vista alguns moradores decidiram perfurar poços em suas residências com recursos próprios.

Foto 71: Barragem de Boa Vista, São José de Piranhas – PB



Fonte: Marconi Cruz (2022).

Nesse contexto, a reterritorialização das famílias atingidas na VPR Cacaré tem sido um processo imbricado de contradições. Além de lidar com os problemas referentes à adaptação ao novo território, construir relações com novas pessoas, os moradores tiveram ainda que buscar maneiras de resistir aos desafios da falta de água.

De acordo com uma das moradoras: *“Nos primeiro mês que a gente chegou aqui faltou água, aí foi muito difícil”* (mulher, agricultora, 31 anos). O mesmo é relatado por outra moradora ao mencionar que: *“No início, logo quando a gente chegou aqui passamos dificuldade por água, quando não tinha a barragem, quando dava problema a gente ficava sem água”* (mulher, agricultora, 46 anos).

Esta talvez seja a maior contradição do PISF. As famílias que antes viviam exclusivamente da agricultura ficaram impossibilitadas de realizar toda e qualquer atividade voltada ao campo, já que não tinham a água nem para suprir as necessidades básicas. Diante desta controvérsia surge o seguinte questionamento: Quem realmente tem acesso as águas da transposição?

O que se sabe é que este megaprojeto além evidenciar o descaso do Estado, revela a supremacia das classes dominantes sobre a parcela da população menos abastada. Esta é uma disputa territorial entre os que dominam e os dominados, sendo os primeiros os mais favorecidos. A partir dos discursos desenvolvimentistas, mascara-se os reais interesses do PISF, os quais demonstram o poder do capital em detrimento das relações não capitalistas.

Passados oito anos desde o período de desterritorialização até os dias atuais, a

comunidade da VPR Cacaré alcançou o ponto de equilíbrio em termos territoriais e sociais. Apesar dos contratemplos e das lutas travadas, a população afirma estar satisfeita com as mudanças, pois conforme a pesquisa, a maioria das famílias não possuía terra e a partir do PBA-08 tiveram este direito. O interesse agora é saber como vivem estas famílias e se o PISF afetou positivamente a vida dessas pessoas.

5.3. PÓS-OBRA DO PISF: COMO VIVEM OS MORADORES?

Ao chegar a VPR Cacaré os moradores se depararam com um novo arranjo territorial e novas relações socioespaciais. Isto significa dizer que o processo de reterritorialização atrelado a ausência de políticas públicas fizeram surgir um emaranhado de questões como os conflitos relacionados ao acesso à água e a ausência da identidade territorial.

O PISF afetou a vida de milhares de pessoas, isso é indiscutível. Todavia, no que se refere às famílias reassentadas verifica-se que foram atingidas de formas distintas. Deste modo, não é correto afirmar que o projeto trouxe apenas impactos negativos, pois além dos conflitos e tensões, o projeto trouxe algumas melhorias para a população, principalmente no tocante às famílias que eram meeiras, arrendatárias ou viviam de favor nas terras de terceiros.

Apesar do doloroso processo de desterritorialização e a consequente reterritorialização, os moradores afirmam que estão satisfeitos com a atual situação de vida, o que evidentemente inclui as condições de moradia e trabalho. Para estes sujeitos, todo o sacrifício valeu a pena, pois conforme destacado ao longo desta pesquisa, o direito à terra era restrito a uma pequena parcela da população.

Ao ser questionada a respeito de como o PISF afetou sua vida, uma das moradoras respondeu que afetou de maneira positiva: *“fiquei feliz, porque aqui é meu”* (Mulher, agricultora aposentada, 69 anos). O mesmo sentimento é compartilhado por outros moradores ao afirmarem que: *“Achei bom, porque eu morava a favor... Eu num tinha condição de comprar nem um tijolo e hoje tenho uma casa”* (Homem, agricultor, 44 anos). *“Eu fiquei contente porque a gente saiu de lá e ia ter uma renda melhor, tinha a perspectiva de ganhar uma casa que nós não tinha”* (Mulher, agricultora, 35 anos).

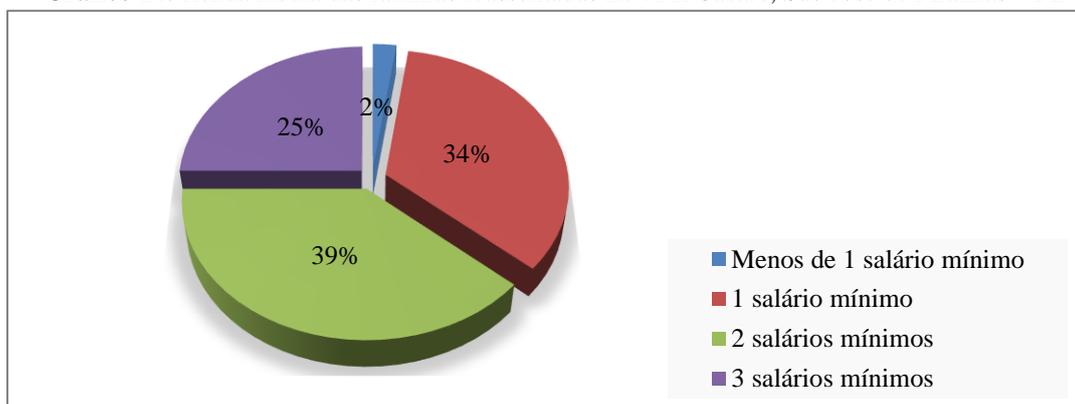
De acordo com um dos moradores a transposição só não trouxe benefícios para os proprietários de terra, nas palavras dele: *“Quem se reclama mais é os proprietário que tinha nós pra trabalhar pra eles”* (Homem, agricultor aposentado, 61 anos). Esta fala, destaca a real situação de milhares de agricultores. Quebrar com este padrão pode causar incômodos aos

latifundiários, principalmente quando as mudanças afetam a estrutura historicamente estabelecida entre camponeses e grandes proprietários de terra.

No que se refere a renda das famílias, foi constatado que houve um aumento significativo. Os sujeitos que antes viviam apenas da agricultura e em alguns casos do Bolsa Família, atualmente vivem com uma renda que varia entre 1 salário mínimo (34%), 2 salários mínimos (39%) e 3 salários mínimos (25%). Assim, apenas 2% da população entrevistada vive atualmente com menos de um salário mínimo.

A partir dos dados da pesquisa foi possível observar que a agricultura antes tida como a principal atividade geradora de renda, atualmente se configura como uma atividade secundária, servindo apenas para o consumo próprio ou, em alguns casos, como complemento de renda.

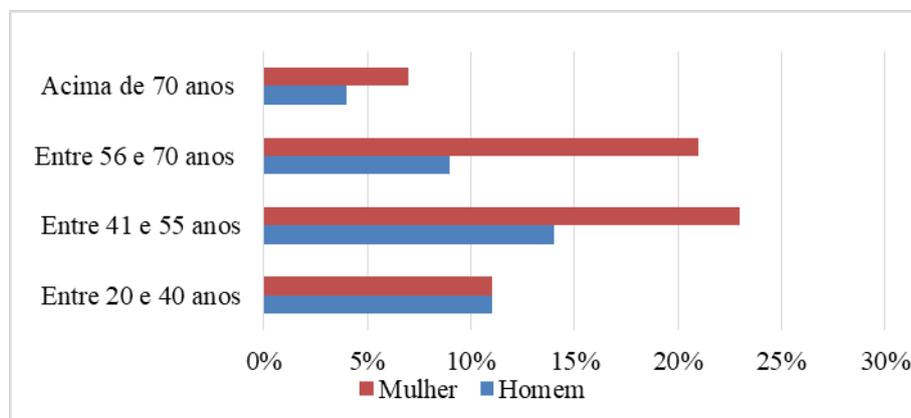
Gráfico 14: Renda média das famílias reassentadas na VPR Cacaré, São José de Piranhas – PB



Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora (2024).

Esta modificação da atividade agrícola se deve notadamente a quatro fatores. O primeiro deles está relacionado a não entrega das áreas destinada a agricultura irrigada. O segundo é a não dependência da agricultura para o sustento. Com o recebimento da VMT, os agricultores que antes dependiam exclusivamente da agricultura para arcar com as despesas da família, atualmente encontram-se amparados. Isto faz com que não sejam obrigados a se dedicarem com tanta intensidade a lavoura.

O terceiro é o envelhecimento dos trabalhadores (gráfico 7). A partir da pesquisa foi verificado que 41% da população possuem mais de 55 anos, sendo 30% composta por agricultores (as) com idade entre 56 e 70 anos e 11% por trabalhadores (as) com 70 anos ou mais. Sendo assim, apenas 59% referem-se aos agricultores com idade entre 20 e 55 anos.

Gráfico 16: idade dos trabalhadores rurais da VPR Cacaré, São José de Piranhas - PB

Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora (2024)

Além do envelhecimento eminente da parcela da população entrevistada, outro fator que contribui para o assentamento da atividade agrícola é a acentuada distância entre o território de moradia e o de trabalho. Infelizmente, o setor residencial e o setor produtivo foram desprendidos, assim algumas das terras agricultáveis ficaram localizadas em outros sítios (tabela 2), com distâncias consideráveis. Durante a entrega das terras alguns trabalhadores tiveram a sorte de receber suas propriedades no sítio Cacaré, lugar onde fica situada a VPR.

Quadro 2: Distância entre as terras agricultáveis e a VPR Cacaré, São José de Piranhas – PB

Local	Nº de terras	Distância
Sítio Morros (São José de Piranhas-PB)	14	15,1 Km
Sítio Cedro (São José de Piranhas-PB)	1	4,7 Km
Sítio Canal (São José de Piranhas-PB)	2	3,6 Km
Sítio Santa Luzia (São José de Piranhas-PB)	8	12 km
Sítio Cacaré (São José de Piranhas-PB)	15	-
Distrito de Boa Vista (São José de Piranhas-PB)	2	7,5 Km
Sítio Pulga (Barro- CE)	2	8 Km

Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora (2024).

Devido a distância e buscando manter viva a agricultura familiar, os trabalhadores que não conseguem trabalhar em suas terras de sequeiro, utilizam parte da área residencial para o

plantio de algumas espécies como milho e feijão (foto 6). Isto mostra a importância da agricultura para essas famílias e expressa a territorialidade construída ao longo dos anos.

Foto 76: Plantio de feijão no quintal de um dos moradores da VPR Cacaré



Fonte: Brasil, 2021.

A agricultura familiar desenvolvida nas denominadas terras sequeiro (foto 7), possuem modos semelhantes de manuseio e cuidados. Deste modo, as técnicas de produção seguem o mesmo padrão: uso de mão de obra familiar, produção reduzida de policulturas, uso de ferramentas tradicionais e pouco investimento. O preparo da terra para o plantio é feito a partir da derrubada e queima da vegetação presente, sendo o trabalho braçal responsável pela manutenção da lavoura. Para conter as pragas se faz necessário, em alguns casos o uso de agrotóxicos.

Fonte: arquivo da autora (2024).

Foto 79: Lavoura de um dos moradores da VPR Cacaré



O cultivo das lavouras é realizado em um período concentrado de tempo, mais especificamente entre os meses de fevereiro e maio, período que coincide justamente com a quadra invernal¹¹ da região. Isso ocorre justamente porque os agricultores dependem das

¹¹ Período do ano que se concentra aos maiores índices pluviométricos da região Nordeste.

chuvas para regar a plantação, já que as terras de sequeiro não possuem disponibilidade de água e energia, o que torna inviável a instalação de um sistema de irrigação.

Todos esses fatores além de provocar mudanças socioespaciais, acarreta a perda da territorialidade das famílias camponesas, pois a agricultura está intensamente ligada ao modo de vida das pessoas, configurando-se não apenas como uma atividade econômica, mas também cultural. A limitação e/ou ausência da agricultura é para a população do campo uma perda incalculável o que exige, portanto, maiores esforços e investimentos.

Nesse ponto, fica evidente a ausência de investimento por parte do Estado, o que faz com que a agricultura familiar vá aos poucos se perdendo. Para além disso, pode-se notar o proeminente poder do agronegócio sobre as relações não capitalistas. O discurso otimista de buscar melhorias para a população surge neste cenário para encobrir os reais objetivos do PISF.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem registrado ao longo da história diversos eventos conflituosos envolvendo a população do campo que se dedica a agricultura familiar. Notadamente, estes eventos são fomentados pela supremacia do sistema capitalista de produção, que não permite o avançar das relações não capitalistas.

Neste contexto, as territorialidades das famílias agricultoras vão sendo deixadas de lado, o que provoca uma fragmentação das relações de vida e trabalho do homem do campo. Como resultado, tem-se a redução e/ou ausência da agricultura familiar, responsável por colocar comida na mesa de milhares de brasileiros.

A heterogeneidade dos espaços rurais brasileiros pode ser explicada a partir da coexistência de dois sistemas de produção, com características totalmente distintas. De um lado está a burguesia latifundiária, preocupada com a produção para o agronegócio, do outro estão os pequenos produtores rurais, com vistas a produção de subsistência. Neste último caso, há ainda uma parcela significativa de agricultores que são arrendatários ou meeiros, pois não possuem terras próprias.

A situação de trabalho das comunidades rurais de São José de Piranhas – PB, antes de serem desterritorializadas, seguia esse padrão. Ao longo da pesquisa foi constatado que quase metade da população vivia sob a condição de meeiro ou arrendatário. Essa realidade é reflexo de um desenvolvimento desigual e combinado, onde o bem-estar de muitos é sacrificado para atender os desejos de poucos. Na dinâmica do agronegócio, a população do campo é enxergada apenas como mão de obra barata e descartável.

Neste cenário conflituoso, o PISF é visto como a solução para os problemas do homem do campo, pois resolveria os problemas relacionados ao acesso a água, fator limitante para as atividades agropecuárias. Porém, passados dezessete anos desde o início das obras até os dias atuais, fica evidente que a realidade dos agricultores que vivem na VPR Cacaré vai em desencontro a essa estimativa.

Diante do exposto neste trabalho, compreendemos que o PISF possui muitas controvérsias, principalmente no que diz respeito ao discurso otimista de promover melhores condições de vida para as famílias camponesas que vivem exclusivamente da agricultura familiar. Para estes, é imprescindível o acesso a água, pois as condições naturais da região Nordeste não são tão favoráveis a agricultura.

Neste ponto, destaca-se o maior dos contrapontos do projeto, pois como observado nesta pesquisa, os moradores da VPR Cacaré passaram por um período considerável sem ter acesso à água para suprir as necessidades básicas. Isso provoca algumas dúvidas, principalmente em saber quem realmente tem direito ao acesso a água da transposição do rio São Francisco, pois diferente do que se afirma não são os pequenos agricultores.

A VPR Cacaré, como o nome sugere é uma vila voltada para a produção rural, assim os moradores se auto sustentariam a partir da produção agrícola. Esta proposta de produção surgiu teoricamente com o intuito de garantir a segurança alimentar das famílias reterritorializadas. Para tanto, seria fundamental o acesso água para a produção nas áreas irrigáveis.

Contudo, foi constatado outro problema, desta vez relacionada à entrega das terras destinadas a irrigação. Apesar de terem sido oficialmente garantidas, estas áreas não possuem previsão de entrega. Por este motivo, a produção de alimentos é realizada apenas nas terras de sequeiro, as quais não possuem disponibilidade de água e energia. Alguns agricultores cultivam algumas espécies vegetais na área residencial, porém não contam com sistemas de irrigação.

Deste modo, a territorialidade dos moradores da VPR Cacaré está passando por um processo intenso de enfraquecimento, visto que a agricultura familiar, atividade responsável por manter vivas as relações socioeconômicas, está perdendo espaço. Isso é para estas famílias uma perda incalculável, pois a agricultura não representa para elas apenas uma atividade econômica, mas também um meio de expressar sua cultura e formas de vida.

Por fim, estes fatores em associação as adversidades provenientes dos processos de desterritorialização e reterritorialização, confirmam que megaprojetos como o PISF surgem não para atender as necessidades da classe trabalhadora, mas sim para atender as demandas do capitalismo, sob a lógica do agronegócio.

REFERÊNCIAS

AB´SABER, Aziz Nacib. **A transposição das águas do Rio São Francisco**: Uma análise crítica. *Revista USP*, São Paulo, n. 70, p. 6-13, junho/agosto 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i70p6-13>. Acesso em: 29 de fev. de 2024.

Agência Nacional de Águas (Brasil). **Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil**. Brasília: ANA, 2019.

AGUIAR, Luane Conceição et al. **As políticas públicas no semiárido brasileiro**: uma revisão de literatura. *Revista Econômica Do Nordeste*, 50(2), 9–22. <https://doi.org/10.61673/ren.2019.968>

ALMEIDA, Lorena Ferreira de Souza. **Água, território e justiça**: a transposição do Rio São Francisco e as Vilas produtivas rurais. 2022. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Ba, 2022.

AZEVÊDO, Andrea Carla de. **Verso e Reverso das Políticas Públicas de Água para o Semiárido Brasileiro**. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, julho/dezembro 2015, p. 373 a 392. Disponível em: <https://revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-verso-e-reverso-das-politicas-publicas-de-agua-para-o-semiarido-brasileiro.pdf>. Acesso em: 28 de fev. 2024.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny, **Geografia cultural**: Um século (3). Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

BRASIL. Departamento de Obras Contra as Secas. São Francisco: moradores de Vilas Produtivas celebram primeiras colheitas. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/sao-francisco-moradores-de-vilas-produtivas-celebram-primeiras-colheitas>. Acesso em: 20 de jun. de 2024.

_____. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Brasil: Presidência da República, [1997]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm. Acesso em: 01 de mar. 2024.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**: Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília, 2004. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ProjetoRioSaoFrancisco/ArquivosPDF/documentostesticos/RIMAJULHO2004.pdf>. Acesso em: 24 maio 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Regional. **MDR abre comportas da barragem de Boa Vista I na Paraíba**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/ultimas-noticias/mdr-abre-comportas-da-barragem-de-boa-vista-i-na-paraiba>. Acesso em: 05 de jun. de 2024.

_____. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Programa de Reassentamento de Populações**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/peps/arquivos/pbas/pba08.pdf>. Acesso em: 05 de jun. de 2024.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Caderno da Região Hidrográfica do São Francisco**. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Estudo de Impacto ambiental (EIA) do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do semi-árido**. Brasília, DF, 2005.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTRO, César Nunes de. **Transposição do rio São Francisco**: análise de oportunidade de projeto. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): Rio de Janeiro, 2011.

CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. **A bacia**: principais características. Belo Horizonte: CBHSF, 2024. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/>. Acesso em: 29 de fev. 2024.

_____. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/>. Acesso em: 01 de mar. De 2024.

DINIZ, Paulo Cesar Oliveira et al. **As marcas da transposição do Rio São Francisco**: negociações e tensões em torno da desapropriação de áreas no município de São José de Piranhas- PB. In: CONADIS - Congresso Nacional da Diversidade do Semiárido, 2018, Natal-RN. Anais CONADIS, 2018. v. 1. ISSN: 2526-186X. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/33961>. Aceso em: 01 de mar. 2024.

DOMINGUES, Renata Cordeiro. **A vulnerabilização camponesa no contexto da transposição do rio São Francisco**: o desterro na Vila Produtiva Rural Baixio dos Grandes (Junco). 2016. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016. Educação e Pesquisa, São Paulo, SP, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan, 2004.

ELESBÃO, Ivo. O espaço rural brasileiro em transformação. **Finisterra**, [S. l.], v. 42, n. 84, 2007. DOI: 10.18055/Finis1421. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1421>. Acesso em: 28 de fev. de 2024.

ELIAS, Denise. **Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil**. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (03). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm>. Acesso em/ 10 de abr. de 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

FERREIRA, Messias de Lima. **São José de Piranhas: um pouco de sua história**. 2ª ed. (ampliada). Editora Real, Cajazeiras Pb. 2011.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território, territorialização e territorialidade**: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. Terra Plural, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 225-249, 2014. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
<http://dx.doi.org/10.5212/terraplural.v.8i1.0012>.

GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GUATTARI Félix; RONILK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 10 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GONÇALVES, Claudio Ubiratan; OLIVEIRA, Cristiane Fernandes de. **Rio São Francisco**: as águas correm para o mercado. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 113-125, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/9019>. Acesso em: 29 de fev. de 2024.

GONÇALVES, Teresinha Maria. **Cidade e poética**: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí: Unijuí, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2002.

_____. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 91-117.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: 2004 Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 03 de mar. De 2024.

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HENIG, Edir; FERRAZ, Deise Luiza. Políticas públicas sociais: emancipação ou compensação. In: **jornada internacional de políticas públicas**, 10., 2021, São Luiz. Anais [...]. São Luiz: UFMA. 2021. Disponível em:
<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/anais.html>. Acesso em: 28 de fev. 2024.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **São José de Piranhas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-jose-de-piranhas/panorama>. Acesso em: 01 de mar. De 2024.

_____. **Semiárido brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 28 de fev. de 2024.

_____. **População Rural e Urbana**. Rio de Janeiro: Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 31 de mai. 2023.

ISMAEL, Luara Lourenço. **Análise de conflitos hídricos nas Vilas Produtivas Rurais do Eixo Norte da Integração do São Francisco no Sertão Paraibano**. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia e Gestão de Recursos Naturais, Centro de Tecnologias e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/28852>. Acesso em: 03 maio 2024.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.
MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, n. ja/ju 2002, p. 95-112, 2002. Tradução. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Marques_MIM_9_1473508_OConceitoDeEspacoRuralEmQuestao.pdf. Acesso em: 28 de fev. de 2024.

MARTINS, Mateus. Pires; Chagas, Priscilla Borgonhoni. **Território, Territorialização E Territorialidade**: Proposta de avanço de chaves teóricas para análise da(s) dinâmica(s) das cidades. revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional, [s. l.], v. 17, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6067>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MARTINS, José de Sousa. **Não há terra para plantar neste verão**. Petropolis: Editora Vozes, 1988.

MEDEIROS, Andréia Dias de, et al. **Os impactos do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF) e suas ramificações nos recursos hídricos do Rio Grande do Norte e Paraíba**. In: Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, 2021. Anais [...]. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/61e711b0c25e1_18012022161456.pdf. Acesso em: 24 maio 2024.

MIDR – Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional. **Projeto de Integração do Rio São Francisco**. MIDR, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/acao-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-hidrica/projeto-de-integracao-do-rio>. Acesso em: 29 de fev. de 2024.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira de; CAVALCANTE, Sylvia. Identidade de lugar. In: CAVALCANT, Sylvia; ELALI, Gleice Azambuja (orgs). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2011.

_____. **O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada**. Universidade de Fortaleza. Estudos de Psicologia, 2006. Vol. 11. p. 143-151. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/dy5CDPGTYfLLqGtDysDwLnS/?format=pdf>. Acesso em: 03 de mar. 2024.

NOGUEIRA, Verena Sevá. **Vilas Produtivas Rurais e “Terra do Governo”**: reassentamento de famílias rurais atingidas por obras da transposição do rio São Francisco. Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília/DF, 16 p, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-07.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

SALES, Cyntia Mirella Cangussu Fernandes; RODRIGUES, Roberto Nascimento. Espaço rural brasileiro: diversificação e peculiaridades. *Revista Espinhaço*, v. 8, n. 1, p. 54-65, 2019. DOI: [10.5281/zenodo.3345145](https://doi.org/10.5281/zenodo.3345145).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. DE P.; SOARES, A. DE S. **Territorialidade e identidade nas organizações**: o caso do mercado central de Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 15, n. 2, p. 97-126, mar-abr/2014.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Fernando Vieira da. **A migração temporária de trabalhadores de São José de Piranhas-PB para o corte de cana-de-açúcar em São Paulo e Bahia**: causas e impactos para o lugar de origem. 2022. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27056>. Acesso em: 05 de jun. de 2024.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido**: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466-485, jul/set. 2007.

SPOSITO, Eliseu. **S. Geografia e filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Edunesp, 2004.

SUASSUNA, J. **Semi-árido**: proposta de convivência com a seca. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002. Disponível em:
<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/download/1388/1108>. Acesso em: 28 de fev. de 2024.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (MORADORES DA VPR CACARÉ)

N° da casa: _____ Rua: _____ Setor: _____



Nome: _____

Idade: _____ Sexo: Feminino () Masculino () Outro _____

Profissão: _____

Estado Civil: _____ Data da entrevista: ___/___/___

1. Nível de escolaridade:

- () Ensino fundamental incompleto
- () Ensino fundamental completo
- () Ensino médio incompleto
- () Ensino médio completo
- () Ensino superior completo

2. Renda média:

- () menos de 1 salário mínimo
- () 1 salário mínimo
- () Entre 1 e 2 salários mínimos
- () Entre 2 e 3 salários mínimos
- () mais de 3 salários mínimos

3. Onde o (a) senhor (a) /você residia antes do início das obras da transposição?

4. Durante quanto tempo morou nessa localidade?

5. Qual era a condição em que vivia?

- () Proprietário de pequeno lote de terra
- () vivia nas terras que eram da família
- () morador ou meeiro
- () outra _____

6. Quantas pessoas moravam com você? E hoje?

7. Qual era a principal fonte de renda?

8. Criava animais? Se sim quais?

- () Sim _____
- () Não

8.1. Esses animais eram apenas para:

- () O consumo doméstico
- () complemento da renda familiar

9. O (a) senhor (a) /você tinham algum cultivo? Se sim, o que cultivava especificamente?
() Sim _____
() Não
10. O (a) senhor (a) /você se lembra de como se sentia na época em que foi obrigado (a) a sair do seu lugar de moradia?
11. Como processo de transposição do rio São Francisco afetou a sua vida e o seu sentimento de pertencimento com o seu local de origem?
12. Do que o (a) senhor (a) /você sente falta?
13. O processo de indenização foi tranquilo ou teve algum tipo de dificuldade e/ou conflito?
14. Como foi o período entre a saída daquela localidade que o (a) senhor (a) /você residia até a chegada na VPR Cacaré?
15. Onde o (a) senhor (a) /você ficou instalado com sua família durante o período de construção da VPR? E por quanto tempo?
16. Durante este período com foi a principal fonte de renda?
17. Há quanto tempo o (a) senhor (a) /você mora aqui na VPR?
18. O (a) senhor (a) /você teve alguma dificuldade ao chegar aqui na VPR em relação à adaptação?
() Sim
() Não
19. Qual é a fonte de renda da sua família hoje?
20. O (a) senhor (a) /você cultivava alguma coisa ou criam alguma espécie animal?
() Sim () Não
Se sim:
() Apenas para o consumo doméstico
() Para o consumo doméstico e também como complemento da renda familiar
21. Onde fica localizada a sua terra agricultável entregue pelo governo? E a área destinada para irrigação?
22. Qual o tamanho da terra?
23. Sua terra tem disponibilidade de água e energia?
() Sim
() Não

24. O (a) senhor (a) /você ou alguém da sua família trabalha na terra? Se sim, quais espécies vegetais cultivam?

() Sim _____

() Não

25. Você ou alguém da sua família se dedicam a criação animal? Se sim, quais espécies?

() Sim _____

() Não

APÊNDICE B – PROJETOS BÁSICOS AMBIENTAIS (PBA’S)

	Finalidade/Objetivos
PBA 01 - Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social das Obras	Tem por objetivo manter a qualidade ambiental nas áreas onde houver interferências das obras do Projeto São Francisco durante o período de construção.
PBA 02 - Plano Ambiental de Construção	O objetivo principal do Plano Ambiental de Construção é o estabelecimento de critérios e requisitos, na forma de diretrizes, destinados a nortear as ações técnicas das empresas de construção e montagem em relação às questões ambientais, ao longo da execução das obras.
PBA 03 - Programa de Comunicação Social	Visa à disponibilização contínua de informações e à criação de canais e ferramentas de comunicação para o diálogo entre o empreendedor e a sociedade, principalmente a diretamente afetada pela obra em suas diferentes fases.
PBA 04 - Programa de Educação Ambiental	O objetivo é desenvolver ações educativas, formuladas por meio de um processo participativo, visando a capacitar/habilitar setores sociais, com ênfase nos afetados diretamente pelo empreendimento.
PBA 05 - Programa de Treinamento e Capacitação de Técnicos da Obra em Questões Ambientais	Criado para capacitar técnicos e trabalhadores das obras, por meio de ações educativas para a agirem de forma ambientalmente correta e socialmente aceitável, bem como a adoção de práticas voltadas à saúde e segurança.
PBA 06 - Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos -	Propõe a pesquisa sobre o Patrimônio Cultural da área Projeto de Integração do São Francisco, buscando localizar e diagnosticar os elementos culturais de interesse, propondo ao final as medidas necessárias para sua preservação.
PBA 07 - Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias	Tem por objetivo o acompanhamento do processo indenizatório, para garantir o sucesso de sua implementação com o justo atendimento aos direitos dos proprietários de terras e/ou benfeitorias passíveis de indenização localizados na faixa a ser desapropriada.

<p>PBA 08 - Programa de Reassentamento de Populações</p>	<p>Propiciar às famílias afetadas participantes do processo de reassentamento, condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo, similar à atual. Além disso, o programa deve possibilitar a qualidade de vida das famílias reassentadas por meio da implantação de infraestrutura de saneamento básico, viária e de apoio, à produção, de serviços de educação, saúde e comunitários.</p>
<p>PBA 09 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas</p>	<p>Tem como objetivo principal recuperar as áreas degradadas pelas obras de implantação do projeto e a recomposição da paisagem original tanto quanto possível, considerando as características do bioma caatinga.</p>
<p>PBA 10 - Programa de Supressão de Vegetação das Áreas de Obra e Limpeza dos Reservatórios</p>	<p>Visa ao desmatamento e a limpeza dos reservatórios que estão em construção pelo Projeto São Francisco. O objetivo é minimizar o risco de contaminação das águas disponibilizadas durante o enchimento, evitando o comprometimento da qualidade de suas águas.</p>
<p>PBA 11 - Programa de Apoio Técnico às Prefeituras</p>	<p>O objetivo do programa é a criação de ações estratégicas que deverão ser implementadas pelo Poder Público para o reforço da infraestrutura, serviços e dos instrumentos de gestão administrativa dos municípios na área de abrangência do projeto, para que estes estejam preparados para as novas demandas geradas pela implantação do empreendimento.</p>
<p>PBA 12 - Programa de Apoio as Comunidades Indígenas</p>	<p>As terras indígenas dos povos Truká, Tumbalalá, Pipipã e Kambiwá, por sua proximidade com as obras do Projeto São Francisco, principalmente nos municípios de Cabrobó e Floresta, em Pernambuco, estão amparadas por medidas e ações que visam a minimizar as interferências negativas das obras durante o período de construção. Tais ações estão previstas no Programa de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas.</p>
<p>PBA 13 - Programa de Compensação Ambiental</p>	<p>Tem por objetivo a implementação de medidas compensatórias por perdas ambientais, em conformidade ao que determina Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000.</p>
<p>PBA 14 - Programa de Conservação e Uso do Entorno e das Águas dos Reservatórios</p>	<p>Objetiva levantar e consolidar dados referentes aos diversos componentes ambientais que servirão de auxílio para a elaboração do Zoneamento Socioambiental das Bacias Hidrográficas de contribuição e do entorno dos reservatórios do Projeto São Francisco..</p>

<p>PBA 15 - Programa de Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Águas ao Longo dos Canais</p>	<p>A intenção do programa é aproveitar o potencial de oferta de água confiável e de boa qualidade criado pelo projeto, visando a contribuir para a melhoria das condições de vida das populações rurais vizinhas às obras. Além de, paralelamente, minimizar os riscos sociais, sanitários e financeiros associados às eventuais retiradas clandestinas de água dos canais e reservatórios do empreendimento.</p>
<p>PBA 16 - Programa de Fornecimento de Água e Apoio Técnico para Pequenas Atividades de Irrigação ao Longo dos Canais para as Comunidades</p>	<p>Visa a melhorar as condições socioeconômicas e culturais da região, com a implementação da irrigação de pequeno porte como forma de garantir a diversificação e a elevação da produção, bem como da produtividade das culturas nas Vilas Produtivas Rurais e Assentamentos do Incra.</p>
<p>PBA 17 - Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas</p>	<p>Visa a acompanhar o processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas, promover a melhoria na qualidade de vida e apoiar o desenvolvimento dos processos produtivos de 16 comunidades quilombolas, sendo 14 localizadas na Área de Influência Direta (AID) e Indireta (AII) do Projeto e duas na Área Diretamente Afetada (ADA).</p>
<p>PBA 18 - Programa de Apoio e Fortalecimento dos Projetos de Assentamento Existentes ao Longo dos Canais</p>	<p>Visa a dar suporte ao desenvolvimento dos projetos de assentamento de famílias existentes nas proximidades das obras, garantir o fornecimento de água a essas comunidades para o consumo doméstico e a dessedentação dos animais, infraestrutura mínima à pequena irrigação e apoiar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- Incra no possível processo de reassentamento das famílias dos projetos de assentamento.</p>
<p>PBA 19 - Programa de Regularização Fundiária nas Áreas de Entorno dos Canais</p>	<p>O principal objetivo é promover a regularização fundiária dos municípios cortados pelas obras da 1ª etapa do projeto, com destaque para as áreas potencialmente irrigáveis localizadas nas várzeas da Área Diretamente Afetada (ADA).</p>
<p>PBA 20 - Programa de Monitoramento de Vetores e Hospedeiros de Doenças</p>	<p>A partir do monitoramento de espécies vetoras e hospedeiras de doenças (mosquitos e moluscos), este programa deve criar instrumentos de compartilhamento de informações. O objetivo é minimizar a probabilidade de impactos negativos causados por doenças que possam ser veiculadas com a mistura das águas do São Francisco com as dos rios das Bacias do Nordeste Setentrional.</p>

<p>PBA 21 - Programa de Controle de Saúde Pública</p>	<p>Assegurar o menor impacto negativo possível do projeto nas condições de saúde da população vinculada ao empreendimento e da população local como um todo, é o objetivo geral deste programa.</p>
<p>PBA 22 - Programa de Monitoramento de Qualidade da Água e Limnologia</p>	<p>Os objetivos deste programa são: aprofundar o conhecimento sobre a qualidade da água dos rios e açudes receptores de águas do Projeto São Francisco; acompanhar a evolução da qualidade da água nesses rios e açudes, assim como nos reservatórios projetados durante toda a fase de operação e; evidenciar as situações onde houver risco para a saúde humana e dos animais.</p>
<p>PBA 23 - Programa de Conservação de Fauna e Flora</p>	<p>A execução do Programa de Conservação da Fauna e da Flora é de vital importância para impedir a ocorrência, mitigar e compensar os impactos negativos, bem como otimizar os impactos positivos a serem provavelmente impostos ao ambiente da caatinga. Este programa pretende fornecer diretrizes para a conservação da flora e fauna locais, e também subsídios para uma gestão adequada e racional, de forma que o empreendimento seja biologicamente sustentável.</p>
<p>PBA 24 - Programa de Prevenção à Desertificação</p>	<p>Aprimorar e difundir o conhecimento sobre a situação da desertificação na região em estudo. Para isso, serão utilizados modelos de desenvolvimento sustentáveis para a região, integrando, assim, a redistribuição de recursos (naturais, tecnológicos, financeiros, informacionais e da terra) e a manutenção da biodiversidade e da heterogeneidade biológica.</p>
<p>PBA 25 - Programa de Monitoramento do Sistema Adutor e das Bacias Receptoras</p>	<p>Tendo em vista o combate aos efeitos da seca e aos processos de desertificação, este programa visa aprimorar e difundir o conhecimento sobre a situação da desertificação na região em estudo.</p>
<p>PBA 26 - Programa de Cadastramento de Fontes Hídricas Subterrâneas</p>	<p>Tem por objetivo geral fazer o cadastramento de fontes hídricas subterrâneas situadas no entorno dos reservatórios e canais naturais que receberão as águas do Projeto São Francisco, além da elaboração de um real diagnóstico da situação atual, para subsidiar a formulação de políticas de abastecimento, planejamento de ações emergenciais em épocas de seca, distribuição racional e um gerenciamento mais eficaz dos recursos hídricos disponibilizados pelo empreendimento.</p>

<p>PBA 27 - Programa de Monitoramento de Processos Erosivos</p>	<p>São os objetivos deste programa Aprofundar o conhecimento sobre o comportamento do processo de transporte dos sedimentos nos rios receptores de águas do Projeto São Francisco nas condições atuais, anteriores à entrada em operação do sistema adutor (bombeamento) e sua evolução durante toda a fase de operação do Projeto; acompanhar os efeitos decorrentes das alterações na vegetação, uso e ocupação do solo nas Bacias de contribuição aos açudes receptores principais, além do monitoramento do volume de sedimentos acumulados no fundo desses açudes.</p>
<p>PBA 28 - Programa de Monitoramento de Cargas Sólidas e Aportantes nos Rios Receptores e seus Açudes Principais</p>	<p>Tem por objetivo geral a montagem de uma estrutura de gerenciamento das águas trazidas pelo Projeto São Francisco, envolvendo a operadora do sistema, a concessionária federal e as concessionárias estaduais, que lhe assegure sustentabilidade, viabilidade econômica e viabilidade técnica e operacional.</p>
<p>PBA 29 - Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Projetos Implantados, em Implantação e Planejados</p>	<p>Tem por objetivo geral a montagem de uma estrutura de gerenciamento das águas trazidas pelo Projeto São Francisco, envolvendo a operadora do sistema, a concessionária federal e as concessionárias estaduais, que lhe assegure sustentabilidade, viabilidade econômica e viabilidade técnica e operacional.</p>
<p>PBA 30 - Programa de Apoio às Ações de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano</p>	<p>São os objetivos deste programa, Apoiar a capacitação dos operadores dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano para a implantação adequada de sistemas de tratamento e de controle da qualidade da água, e apoiar a capacitação das secretarias municipais de saúde para exercer a função de vigilância da qualidade da água para consumo humano.</p>
<p>PBA 31 - Programa de Apoio a Redução de Perdas no Sistema de Abastecimento Público e Estímulo ao de Água nas Bacias Receptoras</p>	<p>O objetivo deste programa é utilizar os recursos hídricos de forma racional e conscientizar os usuários da importância do reuso em usos menos exigentes do ponto de vista da qualidade (irrigação dos jardins, lavagem de pisos e dos automóveis, na descarga dos vasos sanitários).</p>
<p>PBA 32 - Programa de Apoio ao Saneamento Básico</p>	<p>A partir da identificação das prioridades em termos de saneamento dos municípios das Bacias Receptoras do Projeto São Francisco, este programa visa a propor medidas de apoio ao desenvolvimento de projetos de saneamento, permitindo a ampliação de mecanismos adequados de coleta e tratamento de esgotos sanitários e de lixo.</p>

<p>PBA 33 - Programa de Segurança e Alerta Quanto às Oscilações das Vazões dos Canais Naturais que irão Receber as Águas Transpostas</p>	<p>Sem por objetivo geral a elaboração de um sistema de alerta capaz de comunicar antecipadamente as comunidades ribeirinhas sobre a variação dos níveis d'água nos rios receptores em função da vazão aduzida a partir do Rio São Francisco, quando do acionamento do sistema.</p>
<p>PBA 34 - Programa de Relocação das Infraestruturas a serem Afetadas pela Implantação do Empreendimento</p>	<p>O objetivo do programa é realocar e/ou recompor as infraestruturas afetadas pelo empreendimento, tais como estradas, rodovias federais, estaduais e municipais; pontes, passarelas e travessias; linhas do sistema elétrico; sistemas de telecomunicação e de abastecimento de água.</p>
<p>PBA 35 - Programa de Acompanhamento da Situação dos Processos Minerários da Área Diretamente Afetada</p>	<p>O Projeto São Francisco afetará direta e indiretamente áreas de titularidade mineral e de ocorrências minerais atualmente exploradas, beneficiadas ou em vias de exploração. Em vista disso, este programa será desenvolvido, estabelecendo-se medidas mitigadoras e/ou compensatórias para essas áreas.</p>
<p>PBA 36 - Programa de Monitoramento da Cunha Salina</p>	<p>Tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a salinidade na foz do rio São Francisco, avaliando também a penetração da cunha salina (massa salgada de água que se forma na foz do rio) em seu trecho fluvial mais baixo.</p>

Fonte: Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional PBA (2005 apud Sousa, 2020). Elaborada pela autora.